

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIA I

2º semestre



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad
Secretária da Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci
Secretário da Educação a Distância Carlos Eduardo Bielschowsky

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Felipe Martins Müller
Vice-Reitor Dalvan José Reinert
Chefe de Gabinete do Reitor Maria Alcione Munhoz
Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Extensão João Rodolpho Amaral Flôres
Pró-Reitor de Graduação Orlando Fonseca
Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey
Pró-Reitor de Recursos Humanos Vania de Fátima Barros Estivaleta
Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação à Distância

Coordenador CEAD Fabio da Purificação de Bastos
Coordenador UAB Carlos Gustavo Martins Hoelzel
Coordenador de Pólos Roberto Cassol
Gestão Financeira Daniel Luís Arenhardt

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas Rogério Ferrer Koff
Coordenador do Curso de Sociologia João Vicente da Costa Lima

Elaboração do Conteúdo

Professora pesquisadora/conteudista Mari Cleise Sandalowski

**Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e
Desenvolvimento em Tecnologias da Informação
e Comunicação Aplicadas à Educação**

Coordenadora da Equipe Multidisciplinar Elena Maria Mallmann
Materiais Didáticos Volnei Antônio Matté
Desenvolvimento Tecnológico André Zanki Cordenonsi
Capacitação Ilse Abegg

Produção de Materiais Didáticos

Designer Evandro Bertol
Designer Marcelo Kunde

Orientação Pedagógica Diana Cervo Cassol

Revisão de Português Marta Azzolin
Samarlene Pilon
Sílvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração Cauã Ferreira da Silva
Natália de Souza Brondani

Diagramação Emanuel Montagnier Pappis
Maira Machado Vogt

Suporte Moodle Ândrei Componogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

SUMÁRIO

OBJETIVOS

5

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO POSITIVISTA DE AUGUSTE COMTE E SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS PENSADORES DA SOCIOLOGIA

6

OBJETIVO	6
1.1. A emergência do social como objeto da ciência: objeto de conhecimento das ciências sociais, método de investigação	6
1.1.1. Revolução Industrial.....	6
1.1.2. Revolução Francesa	7
1.2. Em que consiste o objeto de conhecimento da Sociologia?	8
1.3. Como aprender a pensar sociologicamente?	9
1.4. Os primeiros pensadores sociólogos.....	9
1.4.1. Auguste Comte, o fundador da física social.....	10
1.4.2. Afinal, o que é o positivismo?.....	11
1.4.3. As etapas do pensamento de Auguste Comte	11

CAPÍTULO 2

ÉMILE DURKHEIM: OBJETO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

15

OBJETIVO	15
2.1. Émile Durkheim	15
2.2. O que é fato social?	18
2.3. O estudo das "patologias sociais" e das "disfunções sociais" segundo a perspectiva funcionalista.....	19
2.4. Integração social e organização da sociedade: os tipos de solidariedade	21
2.4.1. Consciência coletiva	22
2.4.2. Divisão do trabalho social.....	22
2.4.3. Solidariedade mecânica.....	23
2.4.4. Solidariedade orgânica.....	24
2.5. A noção de direito e crime em Durkheim.....	26
2.6. A moral, a política e o Estado	27
2.7. As noções de comunismo e socialismo segundo Durkheim	30
2.8. A Sociologia da religião	33
2.9. O suicídio como fato social	34
2.9.1. Suicídio egoísta	35
2.9.2. Suicídio altruísta	36
2.9.3. Suicídio anômico	37
2.10. O processo de mudança social segundo a visão durkheimiana.....	39

CAPÍTULO 3

KARL MARX E O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

42

OBJETIVO	42
3.1. Karl Marx	42
3.2. As bases do pensamento de Karl Marx: objeto e método de investigação marxista.....	43
3.2.1. Método de investigação: o materialismo histórico-dialético	45
3.3. Como surgiu o capitalismo?	46
3.4. Sociedade capitalista e estrutura social	47
3.5. Burguesia versus proletariado.....	48
3.6. O crime no sistema capitalista	50
3.7. O processo de mudança social: capitalismo, socialismo e comunismo	51

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

55

OBJETIVOS

- Identificar os principais autores e teorias que contribuíram para a constituição da Sociologia como uma ciência autônoma a partir do século XIX;
- Conhecer as diferentes abordagens teóricas clássicas do campo da Sociologia;
- Compreender as especificidades das abordagens teóricas clássicas e o seu entrelaçamento nas obras singulares dos principais autores (Comte, Durkheim, Marx, Weber).

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO POSITIVISTA DE AUGUSTE COMTE E SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS PENSADORES DA SOCIOLOGIA

OBJETIVO

Neste capítulo discutir-se-á o contexto histórico do surgimento da disciplina de Sociologia, mais especificamente as mudanças sociais desencadeadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, e a influência do pensamento positivista sobre os primeiros pensadores desta área de conhecimento.

1.1. A EMERGÊNCIA DO SOCIAL COMO OBJETO DA CIÊNCIA: OBJETO DE CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O contexto histórico no qual nasce a Sociologia é marcado por profundas mudanças sociais, cuja origem encontra-se na passagem de um modo de vida tradicional (aristocracia e campesinato) e feudal (propriedade comunal, servidão, grupos corporativos artesanais e comerciais) para uma forma de organização social industrial, característica do Ocidente. São estas mudanças que se constituem como seu objeto de estudo, quer dizer, a preocupação desta disciplina emergente é compreender a nova ordem social propelida pelo sistema capitalista que desestrutura os antigos modos de produção, assim como as crenças e os princípios jurídicos, morais e filosóficos nos quais estava ancorado o antigo regime.

Dentre os fenômenos histórico-sociais responsáveis pela emergência do social como objeto da ciência, destacam-se a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, momentos históricos responsáveis pela consolidação do regime capitalista moderno, cuja base encontra-se no surgimento de novas formas de pensar e de produção que surgem no período (Quintaneiro, 2003).

Estas mudanças econômicas, políticas e sociais que começam a delinear-se a partir do século XVI, juntamente com as novas correntes de pensamento (**ILUMINISMO**, **EMPIRISMO** e **RACIONALISMO**) provocam instabilidade na Europa, "... expressa na forma de crises nos diversos âmbitos da vida material, cultural e moral" (Quintaneiro, 2003: 09). Tais agitações reclamam o surgimento de uma nova disciplina, denominada Sociologia, para explicar o caos social no qual o continente europeu encontrava-se naquele período.

1.1.1. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Um dos principais mecanismos da Revolução Industrial, que ocorre entre os séculos XVIII e XIX, consiste na transformação das técnicas de produção e controle da natureza, isto é, começa a delinear-

GLOSSÁRIO

Iluminismo: otimismo no poder da razão de reorganizar o mundo humano; luta contra o princípio da autoridade divina; natureza dessacralizada, quer dizer, o indivíduo busca conhecê-la para depois dominá-la.

GLOSSÁRIO

Empirismo: ênfase no papel da experiência sensível no processo do conhecimento (saber é poder!). Opondo-se ao saber contemplativo, desinteressado, propõem um saber instrumental, que possibilite a dominação da natureza. Seus pensadores questionam o caráter absoluto da verdade, pois o conhecimento parte de uma realidade em câmbio constante; logo, tudo é relativo ao espaço, ao tempo e ao humano. Principal pensador: Francis Bacon.

GLOSSÁRIO

Racionalismo: Tudo é posto em dúvida. O sujeito é priorizado em detrimento do objeto (penso, logo existo!). Ênfase na existência do ser que pensa e no caráter absoluto e universal da razão. Confiança na capacidade do indivíduo de atingir verdades universais. Dualismo psicofísico = dicotomia corpo/consciência. Principal pensador: René Descartes.

se uma “revolução produtiva”, caracterizada pela capacidade de produção e acumulação do indivíduo.

Ao mesmo tempo em que se observa uma modificação nas atividades fabris, marcadas pelo crescimento constante, a Revolução Industrial constitui uma “revolução social” no sentido de alterar profundamente as estruturas culturais, institucionais, políticas e sociais (Castro; Dias, 2001).

O desenvolvimento das fábricas e, conseqüentemente, a incorporação, cada vez maior, da tecnologia no processo de criação de novos produtos é acompanhado por significativas transformações sociais. A Revolução Industrial representa a consolidação do sistema capitalista, cujas principais características são o surgimento do proletariado urbano (assalariados) e da classe burguesa (donos dos meios de produção, proprietários das fábricas), responsável pela oposição aos regulamentos, costumes e tradições do Antigo Regime (sistema feudal). O modo de produção capitalista tem como base a divisão do trabalho.

1.1.2. REVOLUÇÃO FRANCESA

Além das transformações socioeconômicas provocadas pelo sistema capitalista, também são observadas mudanças culturais que interferem significativamente na substituição da moralidade predominante na Idade Média pela moralidade moderna, ancorada em correntes de pensamento que tinham como base da sociedade o individualismo e a liberdade.

A **REVOLUÇÃO FRANCESA**, ancorada no ideário propagado pelo Iluminismo, impulsiona uma nova forma de interpretar a realidade social, cuja base encontra-se na “... *confiança na razão e na capacidade de o conhecimento levar a humanidade a um patamar mais alto de progresso, regenerando o mundo através da conquista da natureza e promovendo a felicidade aqui na terra*” (Quintaneiro, 2003: 13).

Este movimento de ideias que coloca a razão, e não os elementos metafísicos e sobrenaturais, como elemento central para o entendimento de uma dada realidade e fenômeno é determinante para o estabelecimento do “... *conflito entre o legado da tradição e as forças da modernidade*” (Quintaneiro, 2003: 13).

A Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão (1789) questiona toda a estrutura sobre a qual se edifica a monarquia, principal expoente do Antigo Regime. O lugar principal ocupado pela religião até então e a pertença a uma ordem (aristocracia, campesinato) são postos em questão, visto que a moralidade moderna acentua a importância da soberania da Nação (e não mais a soberania do rei), constituindo uma nova ordem política.

Além de surgirem novas classes sociais, como a burguesia e os assalariados, emerge ainda a ideia de liberdade individual,

GLOSSÁRIO

“A **Revolução Francesa** de 1789 representou o triunfo das ideias e dos valores seculares, como a liberdade e igualdade, sobre a ordem social tradicional” (Giddens, 2004: 06).

fato que leva o sujeito a conquistar direitos e adquirir autonomia, emancipando-se da autoridade social e religiosa.

1.2. EM QUE CONSISTE O OBJETO DE CONHECIMENTO DA SOCIOLOGIA?

A Sociologia estuda a vida dos indivíduos em sociedade, as interações que eles desenvolvem nos grupos e entre os grupos, os sistemas e as estruturas sociais das sociedades nas quais eles estão inseridos, quer dizer, a Sociologia estuda fenômenos e fatos sociais através da observação sistemática e do convívio com os grupos sociais que estão sendo investigados, podendo estudar desde pequenas relações sociais, como, por exemplo, as relações familiares, até fenômenos sociais globais, como os efeitos da crise econômica de 2008/2009 em nível mundial.

No entanto, embora os **TEMAS DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA** sejam abrangentes, é preciso diferenciá-la das outras formas de conhecimento. Conforme exposto acima, as mudanças no século XVIII levam os pensadores da época a dar uma resposta intelectual aos novos problemas. Suas arguições, porém, são elaboradas com ênfase na razão e no **MÉTODO CIENTÍFICO**.

Este processo requer da disciplina uma análise que ultrapasse as fronteiras daquilo que é familiar, pois os fatos e fenômenos estudados pela Sociologia são os mesmos com os quais nós nos deparamos diariamente: violência, corrupção, rituais sociais, tecnologias, saúde, etc. A compreensão que estabelecemos, como indivíduos, sobre estes processos, estas circunstâncias e ações depende de nossas experiências diárias e de nossas trajetórias de vida. Todos nós temos a possibilidade de emitir uma opinião sobre estes assuntos. Porém, isto não nos torna sociólogos.

A ação do sociólogo consiste justamente em buscar aqueles elementos que não estão visíveis quando nos deparamos com uma situação específica. É imprescindível adotar um olhar mais

“... abrangente do modo como somos e das razões pelas quais agimos. Ensina-nos que o que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não o ser, e que o que tomamos como ‘dado’ nas nossas vidas é fortemente influenciado por forças históricas e sociais” (Giddens, 2004: 02).

São estes aspectos que diferenciam o conhecimento sociológico do **SENSO COMUM**. Enquanto o primeiro pretende entender os modos de viver, pensar e agir complexos e profundos, o segundo refere-se sucintamente às nossas experiências familiares e cotidianas de forma imediata, acrítica. Todos nós sabemos e emitimos juízos sobre a corrupção; no entanto, nosso conhecimento diário é distinto do conhecimento de um sociólogo. Este é capaz de discutir as causas e efeitos da corrupção e formular uma teoria que auxilia a compreender o seu processo.

GLOSSÁRIO

A temática da Sociologia é o estudo do comportamento dos indivíduos como seres sociais, isto é, como agentes que fazem parte de grupos e sociedades específicas.

GLOSSÁRIO

A busca do **método científico** consiste em apreender os elementos substanciais de um determinado fenômeno social, histórico ou natural.

GLOSSÁRIO

Senso comum: é o saber imediato, não crítico, caracterizado pela falta de profundidade e rigor lógico.

1.3. COMO APRENDER A PENSAR SOCIOLOGICAMENTE?

Giddens (2004) explica que aprender a olhar sociologicamente significa “*olhar mais além – significa cultivar a imaginação*” (Giddens, 2004: 02). Não basta apenas acumular informações e reproduzi-las.

O **HABITUS** ou a imaginação sociológica requerem do sociólogo um exercício de ruptura (distanciamento) com os seus próprios valores e ideologias, afim de que ele possa analisar uma temática social de forma abrangente. Esta vigilância constante é necessária para diferenciar o conhecimento sociológico da ilusão do saber imediato, pois a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa que nas outras áreas de conhecimento, como, por exemplo, a matemática. Há consenso por parte dos pesquisadores da matemática que aplicando a fórmula $2 + 2$ o resultado será 4. Contudo, quando sociólogos analisam uma prática social, como, por exemplo, as causas da criminalidade urbana, suas arguições nem sempre são unânimes. Elas dependem das perspectivas teóricas e metodológicas adotadas por cada um desses pesquisadores. Logo, a criminalidade urbana poder ser explicada a partir de um viés funcionalista, que parte do pressuposto de que o crime é normal, pois não há sociedades sem crime; este se constitui como problema apenas quando os índices de criminalidade aumentam ou diminuem significativamente. A criminalidade também pode ser um produto das condições de exploração e pobreza as quais estão submetidos muitos dos indivíduos na sociedade capitalista. Ou, também pode resultar de um cálculo custo-benefício por parte do agente que se envolve com o delito.

O trabalho da Sociologia é realizar um “... *estudo sistemático das sociedades humanas, dando ênfase especial aos sistemas modernos, industrializados*” (Giddens, 2004: 18). Como seu objetivo é olhar criticamente um fenômeno social, pode nos auxiliar de diferentes formas cotidianamente. Em primeiro lugar, ela permite que possamos observar o mundo social de diferentes maneiras, adquirindo consciência das diferenças culturais. Pode nos auxiliar também na avaliação dos efeitos das políticas públicas, sociais, etc.. Por fim, possibilita que os indivíduos adquiram uma autocompreensão cada vez maior do contexto no qual estão inseridos.

1.4. OS PRIMEIROS PENSADORES SOCIÓLOGOS

Por um longo período, as ideias sobre o comportamento humano, seu desenvolvimento ao longo do tempo, dependeram dos modos de pensar transmitidos através das gerações. As crenças tradicionais, rituais e termos religiosos, superstições e mitos constituíam as principais ferramentas na transmissão desses saberes.

É somente a partir do século XVIII, com o desenvolvimento da ciência moderna, que a sociedade e o comportamento humano co-

GLOSSÁRIO

Habitus: internalização, incorporação de um conjunto de práticas sociais, dando-lhes a impressão de naturalidade. Neste caso, o *habitus* de sociólogo refere-se a um sistema de ideias mais ou menos controlados, isto é, corresponde à interiorização dos princípios teóricos do conhecimento das ciências sociais, refletindo sobre as condições e limites da validade das técnicas e dos conceitos (Bourdieu, 2004).

meçam a ser estudados de forma objetiva e sistemática. Assim, as “... explicações tradicionais baseadas na religião foram suplantadas, em sucessivas esferas, por tentativas do conhecimento racional e crítico” (Giddens, 2004: 06). Da mesma forma que outras áreas do conhecimento, como a Biologia, a Química, a Física, a Sociologia nasce como produto deste movimento intelectual.

A problematização e os questionamentos sobre a organização das sociedades têm início muito antes do surgimento da disciplina de Sociologia. Vários autores contribuíram para a compreensão das estruturas e sistemas sociais, como, por exemplo, Maquiavel, Montesquieu, Condorcet, Tocqueville e Saint-Simon. Esses pensadores estiveram preocupados em analisar os mecanismos que governam as relações políticas e sociais, em estabelecer uma crítica aos costumes arraigados naquela época e organizar a atividade produtiva racionalmente. Contudo, um pensador ocupa lugar de destaque quando nos referimos à história da Sociologia; este autor é Auguste Comte.

1.4.1. AUGUSTE COMTE, O FUNDADOR DA FÍSICA SOCIAL

O pensador francês **AUGUSTE COMTE** (1798-1857) é considerado o autor responsável pela “invenção” do termo Sociologia. Nascido em Montpellier, ingressa na **ESCOLA POLITÉCNICA DE PARIS** em 1814, aos dezesseis anos de idade. Em 1817 torna-se secretário de Claude-Henri Saint-Simon (1760-1825), pelo qual é fortemente influenciado. Da mesma forma que ele, Comte percebe que é preciso conferir novas ordens à sociedade. Para que isso ocorra “... é preciso acabar a Revolução de 89, reorganizar a sociedade” (Comte, 1989: 09) e o caminho para que a sociedade se modernize e as relações entre os indivíduos transformem-se é o desenvolvimento da indústria.

Contrário há algumas das ideias propagadas por Saint-Simon, pensador que pregava uma ação prática imediata, além de ter uma orientação inclinada para a teologia, Comte considera necessário que se separe a teoria da prática, quer dizer, é preciso, em um primeiro momento, proporcionar novos hábitos de pensar aos indivíduos. Esta nova forma de pensar, segundo o autor, deveria estar de acordo com a ciência de seu tempo. Logo, apresenta os seguintes elementos de transição social:

TIPO DE SOCIEDADE	CIÊNCIA	GRUPO/ELITE SOCIAL	PRINCIPAL ATIVIDADE COLETIVA
Sociedade feudal	Sacerdotes, Teólogos	Militares	Guerra
Sociedade científica e industrial	Cientistas	Industriais	Exploração de recursos naturais

PERSONALIDADE



Auguste Comte

SAIBA MAIS

A Escola Politécnica de Paris, fundada em 1794, pode ser denominada como um produto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

Para que a sociedade pudesse ser reorganizada era necessário que antes de tudo fosse elaborada uma ciência social, considerada como o único meio capaz de possibilitar uma mudança nos costumes, na moral, nas ideias. Somente a partir deste câmbio moral a sociedade sairia da crise e encaminhar-se-ia para um novo modelo de organização social.

"A partir do positivismo de Auguste Comte, a sociologia teve de romper com as considerações puramente especulativas da filosofia social a fim de se tornar uma ciência empírica que repousa sobre a produção de fatos observáveis e demonstráveis" (Riutort, 2008: 76).

1.4.2. AFINAL, O QUE É O POSITIVISMO?

O desenvolvimento do **POSITIVISMO** está ligado ao processo histórico desencadeado pela Revolução Francesa e pela Revolução industrial. A ordem estamental é dissolvida com o desaparecimento do Estado monárquico; por consequência, a harmonia do organismo social cede espaço para a luta entre as classes sociais, considerada como a peça principal do desenvolvimento capitalista e fundamental para a emergência da democracia como forma política (Castro; Dias, 2001).

Diante da mudança de mentalidades e paradigmas, a atenção se volta para a sociedade, seu conceito, os elementos que a constituem e seus movimentos. É neste sentido, que o conhecimento positivo se impõe: seu objetivo é tornar possível a reorganização da sociedade.

Ao contrário das decisões éticas, políticas e religiosas, a aplicação técnica das leis científicas guia a sociedade. Por isso a ciência social, em especial a Sociologia, precisa ser construída positivamente, quer dizer, deve incorporar o mesmo método utilizado pelas ciências da natureza para analisar os fenômenos sociais. Desta forma,

"... a positividade prática da ciência social supõe uma positividade metodológica: do mesmo modo que a práxis médica supõe o conhecimento das leis que regem a fisiologia humana, uma práxis política capaz de remediar a patológica situação social só é possível a partir da investigação das leis científicas que regem a sociedade". (Castro; Dias, 2001: 10)

Para alcançar esta positividade prática no exercício da sociologia, é necessário adotar o mesmo método das ciências naturais: a fisiologia social, ou física social como era denominada por Auguste Comte, deve basear seu raciocínio sobre fatos que possam ser observados e discutidos.

1.4.3. AS ETAPAS DO PENSAMENTO DE AUGUSTE COMTE

O pensamento filosófico comteano e seu desenvolvimento pode ser dividido em três etapas. Estas etapas são marcadas pelas suas principais obras, dentre as quais se destacam "*Opúsculos de filosofia social: apreciação sumária do conjunto do passado moderno*",

GLOSSÁRIO

Positivismo: "... estabelecida por Comte, esta doutrina consiste em reproduzir conhecimentos objetivos sobre o mundo social. Trata-se de formular princípios rigorosos de observação e de análise da realidade. Um dos efeitos do positivismo reside numa ausência de interrogação sobre a produção dos dados, à medida que o real é supostamente dado a ver ao observador" (Riutort, 2008: 799)

“Curso de filosofia positiva” e “Sistema de política positiva ou Tratado de Sociologia instituindo a religião da humanidade” (Aron, 1987).

Primeira fase:

Na primeira fase, entre os anos de 1820 e 1826, o autor, ao publicar a obra “Opúsculos de filosofia social: apreciação sumária do conjunto do passado moderno”, reflete sobre a sociedade de seu tempo, ou seja, interpreta os fenômenos sociais observados no início do século XIX.

Para ele o modelo de organização social do tipo teológico e militar estava em vias de desaparecer abrindo espaço para outro tipo de sociedade. Esta sociedade em vias de nascer apresentava como principais características o fato de ser científica e industrial. Se na fase teológica e militar a base intelectual e moral da sociedade era constituída pelos sacerdotes e militares, no modelo industrial esta posição seria ocupado pelos industriais, cuja principal atividade passa a ser a exploração dos recursos naturais e não mais a guerra. A crise social seria resolvida com o êxito do modelo científico-industrial.

Segunda fase:

No período de 1830 a 1842, quando lança “Curso de filosofia positiva”, Comte amplia as ideias propagadas na primeira fase. Ao aprofundar e executar as propostas e o programa fixado na fase anterior, desenvolve e confirma aquilo que denomina como Lei dos Três Estados e Classificação das Ciências.

Segundo sua perspectiva de análise, o desenvolvimento humano teria passado por três fases sucessivas. A primeira fase do desenvolvimento humano corresponde ao estado teológico, no qual o espírito dos indivíduos explica os fenômenos sociais e naturais através de forças sobrenaturais. Passada esta fase, a sociedade seria conduzida ao estado metafísico; neste tipo de organização social, entidades abstratas, como a natureza, seriam invocadas para auxiliar os indivíduos a compreender o mundo em que viviam. Por fim, o último estágio de desenvolvimento social seria o estado científico-industrial; nele, o sujeito apenas observaria os fenômenos e fixaria as relações regulares existentes entre estes.

A LEI DOS TRÊS ESTADOS					
FASE INTELECTUAL	EXPLICAÇÃO DOS FENÔMENOS	FASE MATERIAL	TIPO DE UNIDADE SOCIAL	TIPO DE ORDEM	SENTIMENTO PREVALECENTE
Teológica	Ordem divina; aspectos sobrenaturais	Militar	Família	Doméstica	Afeto
Metafísica	Entidades abstratas; natureza	Legal	Estados	Coletiva	Veneração dos símbolos pátrios
Positiva	Observação, fixação de regras, sistematização, comparação	Industrial	Humanidade	Universal	Benevolência

A passagem de uma forma de pensamento para outra não ocorre de forma simultânea em todas as disciplinas científicas, isto é, o positivismo como forma de pensamento se impôs antes nas ciências naturais que nas ciências sociais.

É por isso que neste período as ciências deixam de ser analíticas e passam a ser sintéticas. Tal aspecto permite à concepção sociológica a noção de unidade histórica. Deste modo, Comte considerava como necessária a passagem da primazia do todo sobre os elementos para a Sociologia, visto que seria impossível compreender um determinado fenômeno social sem situá-lo em toda a estrutura da sociedade. Surge a ideia de que o pensamento sociológico tem condições de determinar o processo de desenvolvimento social, isto é, o que é um dado fenômeno social, o que será futuramente e o que ele deve ser no momento presente.

Classificação das ciências: Comte classifica as ciências com base no seguinte princípio: é necessário ir do simples ao complexo, pois as ciências são classificadas de acordo com a maior ou menor simplicidade de seus objetos. Portanto, a Sociologia é definida pelo autor como a ciência abstrata dos fenômenos sociais, sofrendo a seguinte divisão: **ESTÁTICA** e **DINÂMICA SOCIAL**.

Terceira fase:

Na última fase de sua vida Comte, muda seu estilo e sua linguagem. A obra "*Sistema de Política Positiva*" ou "*Tratado de Sociologia*" instituindo a religião da humanidade, redigida entre 1851 e 1854, é posterior a sua aventura com Clotilde de Vaux.

Ao contrário das fases anteriores, nas quais discorre sobre uma prática sociológica prudente (modesta e analítica), cujo objetivo é estabelecer um esforço para aumentar as explicações sobre a diversidade das instituições sociais, propõe a doutrina positivista como religião da humanidade.

A percepção de que a Sociologia seria uma disciplina capaz de resolver a crise do mundo moderno é posta de lado. A busca em fornecer ideias científicas para promover a reorganização social não é mais sua preocupação central. Ao contrário, não basta apenas a sociologia reformar a estrutura das instituições; torna-se necessário acrescentar a forma religiosa adotada pelo plano de renovação social.

az GLOSSÁRIO

Estática social: estuda as condições constantes de uma determinada sociedade; sua ideia fundamental é a ordem, a estrutura social, o consenso social universal.

az GLOSSÁRIO

Dinâmica social: nela são analisados os movimentos contínuos que ocorrem na sociedade, as leis de sucessão dos estágios particulares. Tem por objetivo desvendar a ordem abstrata das principais mudanças ocorridas nas civilizações humanas. É por este motivo que está subordinada à estática social, pois o progresso tem sua origem na ordem social e aperfeiçoa os elementos constantes de uma sociedade como a religião, a família, a linguagem, a propriedade, etc.

PARA MEMORIZAR:

1. Problemática comteana: noção do consensus universalis (consenso universal, ordem social) – quais os motivos pelos quais este não está funcionando?
2. Método de análise: positivo; é preciso observar os fenômenos, sistematizá-los e compará-los entre si.
3. Desenvolvimento social: Lei dos três estados; as fases de desenvolvimento social são os tipos teológico, metafísico e positivo/científico. A sociedade válida é absoluta, pois há a existência de uma única forma de sociedade final (ideia de evolução).
4. Divisão da Sociologia em estática social (ordem social) e dinâmica social (mudança social).

 **SAIBA MAIS**

Para Comte, a luta entre as classes sociais cessaria no momento em que os capitalistas seriam moralizados (e não eliminados). É por este motivo que defende a manutenção da propriedade privada. Sua perspectiva analítica parte do seguinte pressuposto: pensa que os proletários poderiam abrandar o egoísmo dos donos de fábricas, fazendo com que o estabelecimento de uma ordem moral humanitária abolisse os conflitos de classe.

Caro aluno, no ambiente virtual você encontrará material de apoio a esta unidade. Leia para aprofundar a diferença entre estática social e dinâmica social e a lei dos três estados!

CAPÍTULO 2

ÉMILE DURKHEIM: OBJETO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

OBJETIVO:

Ao longo deste capítulo, serão discutidos os pressupostos teórico-metodológicos do autor francês Émile Durkheim, tais como os conceitos de fato social, solidariedade, integração e organização social, patologias e disfunções sociais, crime e religião.

2.1. ÉMILE DURKHEIM

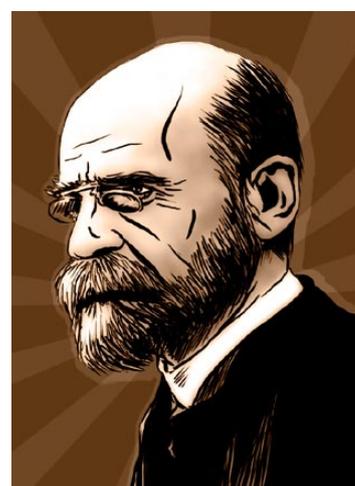
O autor francês, **ÉMILE DURKHEIM**, nasceu em 15 de abril de 1858, na cidade de Épinal. Filho de uma família de rabinos da Alsácia, seus primeiros estudos foram realizados no colégio de sua cidade natal, sendo continuados no Liceu Lous-Le-Grand e na Escola Normal Superior. Descontente com o ensino recebido nestas instituições, visto que o considerava pouco científico devido à sua ênfase literária, dedica-se a estudar as obras de Herbert Spencer (1820-1903) e Alfred Espinas (1844-1922). Além desses pensadores, o autor também é influenciado por Comte e Wilhelm Wundt. No ano de 1887, aos vinte e nove anos de idade, cria a primeira cátedra de sociologia na Universidade de Bordéus, local onde ocupava a posição de “encarregado de cursos”. Seu objetivo era transformar a Sociologia em uma ciência autônoma.

Toda sua carreira foi dedicada ao desenvolvimento e à estruturação da disciplina de sociologia. Dentre suas principais obras destacam-se: Elementos de Sociologia (1889), A divisão do trabalho social (1893), As regras do método sociológico (1895), O suicídio (1897) e As formas elementares da vida religiosa (1912). Além destas obras, também fundou, em 1898, a revista L'Année Sociologique, na qual publicou a maior parte de seus estudos iniciais, realizados na Escola Sociológica Francesa. Em 15 de novembro de 1917, Durkheim faleceu em Paris (Giddens, 1978).

Embora discípulo de Auguste Comte, com o qual compartilhava várias ideias, Durkheim acreditava que as lições de seu predecessor eram muito vagas e especulativas, fazendo com que, por consequência, a Sociologia não atingisse um caráter científico. Dentre as suas críticas ao pensamento comteano, destacam-se:

1. discordava de sua perspectiva evolutiva para compreender o desenvolvimento da sociedade. Para Durkheim, não há como sustentar a ideia de que a sociedade é em toda parte idêntica a si mesma e que todas as sociedades são apenas variedades diversas de um único e mesmo tipo;

PERSONALIDADE



Émile Durkheim

2. os estudos de Comte careciam de dados empíricos; eram apenas especulações de ordem filosófica;
3. a teoria comteana fala da sociedade de um modo geral e abstrato, não distinguindo tipos sociais diferentes.

Também se opunha às ideias defendidas pelos pensadores adeptos à escola da economia política. Segundo o pensador francês, ainda que esta escola tenha sido a primeira a perceber que a vida coletiva não resultava de um impulso mecânico, mas que era no interior da própria sociedade que ela era lentamente elaborada, salienta que esta tese era pouco sistemática, pois priorizava o sujeito (individual) racional. Ao observar apenas o indivíduo atomizado, os pensadores adeptos à economia política desconsideravam o ambiente no qual este indivíduo estava inserido como a família, a cidade, suas crenças religiosas, políticas, o tempo histórico, etc.

Da mesma forma que outros pensadores de sua época, Durkheim procurava entender porque a Revolução Francesa não se realizou efetivamente, indagando se a liberdade, a igualdade e a fraternidade eram possíveis. Acreditava que os princípios defendidos pela revolução eram viáveis, sendo necessária uma série de reformas no Estado, nas corporações e na educação, a fim de que a nova moral pudesse ser internalizada pelos indivíduos, visto que a religião tradicional não mais respondia às exigências do que ele chamava de espírito científico.

As sociedades, segundo sua perspectiva de análise, somente podem manter a sua coerência partilhando crenças comuns (externas ao indivíduo). Estas crenças estavam abaladas pelo pensamento científico e pelo desenvolvimento industrial.

Principais temas abordados por Durkheim ao longo de sua obra:

1. O estabelecimento da sociedade em uma base empírica e não apenas filosófica;
2. A importância do surgimento do individualismo na sociedade moderna: o individualismo expressa, segundo o autor, a decadência da estrutura cultural, representando uma nova ordem social, que transcenderá o modelo tradicional de sociedade.
3. Preocupação com as fontes e a natureza da autoridade moral.
4. A importância da sociologia como uma ciência empírica, isto é, demonstrava interesse pelas implicações práticas do conhecimento científico social.

A teoria de Durkheim tinha como preocupação central verificar os mecanismos de funcionamento das diversas instituições sociais e as condições necessárias para que o sistema se mantivesse em equilíbrio. Estudiosos como José Albertino Rodrigues (1988) acre-

ditam que o interesse desse autor era manter a ordem social. Outros, por sua vez, como Anthony Giddens (1978), defendem a ideia de que sua preocupação era estudar o problema da ordem, quer dizer, como a ordem se restaura nas relações sociais.

Durkheim considerava que uma sociedade precisa de consenso para que possa funcionar adequadamente e isso só seria possível através da presença de crenças absolutas, que tornariam viável a superação da crise política (desencadeada após o abalo provocado pelo desenvolvimento industrial) e moral (conflito entre o ensino religioso e o ensino leigo) que assolava a sociedade moderna. Conforme Raymond Aron (1987), tal crise

“... lhe parecia provocada pela não substituição das morais tradicionais baseadas na religião. A Sociologia deveria servir para fundamentar e reconstruir uma ética que atendesse às exigências do espírito científico” (Aron, 1987: 288).

Durkheim identificava na sociedade do século XIX uma crise moral e um crescente individualismo. Naquela época a Sociologia parecia uma fundamentação da moral leiga, substituindo a moral católica. Quando o autor afirmava não encontrar distinções entre a divindade e a sociedade, parecia a alguns pensadores e indivíduos daquele período uma ofensa aos valores religiosos. No entanto, para Durkheim esta afirmativa era respeitosa, pois uma de suas ideias principais é que o indivíduo não antecede a sociedade; ao contrário, ele apenas é reconhecido como indivíduo quando membro integrante de um determinado grupo social.

Logo, o indivíduo não vem historicamente em primeiro lugar; a tomada de consciência da individualidade decorre do próprio desenvolvimento histórico, visto que “... o indivíduo nasce da sociedade, não que a sociedade nasce dos indivíduos” (Aron, 1987: 301).

“O indivíduo, como membro, da sociedade, não é totalmente livre para tomar suas próprias decisões morais mas, em certo sentido, coagido a aceitar as orientações comuns à sociedade da qual faz parte” (Castro; Dias, 2001).

O argumento central do autor evidencia um esforço dirigido para a demonstração de que o pensamento racionalista, individualista e liberal é o último marco da evolução histórica. Esta forma de pensamento responde à estrutura das sociedades modernas. Contudo, ela implica o risco de provocar a desagregação social e o fenômeno da anomia se as normas coletivas, indisponíveis a qualquer consenso, não forem reforçadas.

SAIBA MAIS

Da mesma maneira que a Psicologia estuda as representações individuais (desejos e vontades do indivíduo particular), cabe à Sociologia investigar as representações coletivas (crenças, normas e regras sociais que dizem respeito a um grupo social).

2.2. O QUE É FATO SOCIAL?

Durkheim concebe a Sociologia como o estudo dos “fatos essencialmente sociais”. Seu objetivo é mostrar que pode e deve existir uma Sociologia objetiva e científica. Porém, para que a disciplina possua tais características é necessário que seu objeto de estudo seja específico, distinguindo-se dos objetos das outras ciências; além disso, é necessário que este objeto possa ser observado e explicado de modo semelhante ao que acontece com os fatos observados e explicados pelas demais ciências, tais como a Psicologia, a Economia, a História, dentre outras. Tais exigências resumem o pensamento do autor: é preciso considerar os **FATOS SOCIAIS** como coisas, isto é,

“... em vez de aplicar métodos sociológicos ao estudo dos indivíduos, os sociólogos deviam antes analisar factos sociais – aspectos da vida social que determinam a nossa acção enquanto indivíduos, tais como o estado da economia ou a influência da religião” (Giddens, 2004: 09).

O aspecto principal é a ideia de que nós não conhecemos, no sentido científico do termo conhecer, o que são os fenômenos sociais que nos cercam, no meio dos quais vivemos. Isto é, não sabemos de fato o que é o Estado, a Liberdade Política, a Soberania, a Democracia e o Socialismo. Isto não significa que não tenhamos nenhuma ideia sobre os tais fenômenos sociais. Contudo, temos deles uma noção vaga e confusa. Por isso é importante considerar os fatos sociais como coisas, ou seja, é necessário que o sociólogo livre-se nas pré-noções e dos preconceitos que nos paralisam quando pretendemos conhecê-los cientificamente.

De acordo com Durkheim, é preciso observar os fatos sociais através de três características:

1. o fato social é externo, isto é, está fora das consciências individuais, tais como as instituições de educação, o direito, as crenças e as correntes de opinião sobre fenômenos sociais, como casamento, suicídio. Exemplo: uma criança recém-nascida não conhece as regras penais que existem em nosso país; ela as apreende ao longo de seu processo de socialização;
2. o fato social é coercitivo porque coage os indivíduos. É a sociedade que se manifesta por meio das “obrigações implícitas e difusas”. Exemplo: há coerção quando em uma reunião um sentimento se impõe a todos, como, por exemplo, quando por reação todos riem. O riso é um fenômeno tipicamente social pois tem como apoio e como sujeito o grupo em seu conjunto e não um indivíduo específico;
3. o fato social é extenso (geral) porque diz respeito a todo um grupo social (ninguém dentro do grupo escapa aos fatos sociais). Logo, é coletivo. Exemplo: a moda é um fenômeno social; cada um se veste de determinada maneira, em um dado momento porque todos se vestem daquele modo.

GLOSSÁRIO

“É **fato social** toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior ou, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que passam” (Durkheim, 1984; 11).

SAIBA MAIS

O social é superior ao individual; logo, um fato social somente pode ser explicado por outro fato social e nunca por fatos individuais.

Durkheim procurou apreender o sentido que os indivíduos, como grupo social, atribuem a sua maneira de viver, suas crenças, seus ritos. A compreensão significa apreender o significado interno dos fenômenos sociais. No entanto, segundo a interpretação do autor, esta significação autêntica não é imediata, mas necessita ser descoberta e elaborada gradualmente.

“Os fatos sociais não diferem apenas em qualidade dos fatos psíquicos; eles têm outro substrato, não evoluem no mesmo meio, não dependem das mesmas condições (...). A mentalidade dos grupos não é a dos particulares, tem suas próprias leis” (Durkheim, 2003: 23). Portanto, é necessário estudar o pensamento coletivo inteiro, em si mesmo e por si mesmo, em sua forma e matéria.

2.3. O ESTUDO DAS “PATOLOGIAS SOCIAIS” E DAS “DISFUNÇÕES SOCIAIS” SEGUNDO A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Assim como Auguste Comte, Durkheim (1984) defendia a ideia de que os fenômenos da vida social deveriam ser estudados objetivamente. Os fatos sociais deveriam ser analisados com o mesmo rigor científico empregado para investigar o mundo natural.

O caráter filosófico da sociologia durkheimiana, herdeira da crença absoluta na ciência presente no positivismo de Auguste Comte, cujo fundamento central estava ancorado na reorganização mental e moral da humanidade, busca desde o final do século XIX a mesma “salvação” através da ciência tanto para o indivíduo como para a cidade diante da crise moral e política deflagrada na Europa.

Em sua obra, *“As regras do método sociológico”* (2001), o autor discorre sobre o modo como o sociólogo deve proceder para estudar as coisas (fatos sociais) tal como elas são, procurando a sua verdadeira natureza. A primeira regra metodológica é a mais fundamental: consiste em considerar os fatos sociais como coisas. É considerado como coisa

“... todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência, tudo aquilo que não podemos fazer uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender a menos que saia de si mesmo, por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos. Regras relativas à constituição dos tipos sociais: ... começar-se-á por classificar as sociedades de acordo com o

grau de composição que elas apresentam, tomando por base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único; no interior dessas classes, distinguir-se-ão variantes diferentes conforme se produza ou não uma coalescência completa dos segmentos iniciais” (Durkheim, 2001: 22).

O passo seguinte da investigação sociológica é afastar sistematicamente todas as pré-noções. Os juízos que se limitam a exprimir determinados fatos, anunciam aquilo que existe, são chamados de juízos de realidade (ou juízos de existência). Já aqueles juízos cujo objetivo é afirmar o que as coisas valem para um indivíduo (ou o apreço que este indivíduo tem sobre uma coisa) são definidos como juízos de valor. Portanto, “... *os juízos de realidade se referem à maneira como nos comportamos perante certos objetos: que gostamos destes, que preferimos aqueles. Estas preferências são fatos*” (Durkheim, 1985: 258).

O segundo corolário defendido pelo autor é tomar por objeto de pesquisa um grupo de fenômenos previamente definidos por certas características exteriores que lhe são comuns e compreender na mesma pesquisa todos aqueles fenômenos que correspondem à mesma definição.

Por fim, quando um sociólogo começa a explorar uma ordem qualquer dos fatos sociais, ele deve esforçar-se para considerar tais fatos naquele aspecto em que se apresentam isolados de suas manifestações individuais. Logo,

“... a causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes, e não entre os estados da consciência individual (...). A função de um fato social deve ser sempre buscada na relação que ele mantém com algum fim social” (Durkheim, 2001: 112).

Segundo o método funcionalista empregado por Durkheim para estudar os fatos sociais, cada coisa tem uma função na sociedade, isto é, possui um papel social a ser cumprido. Ao desempenharem seu papel social corretamente, cada uma das partes contribui para manter o bom funcionamento da sociedade (ordem social).

Sobre as regras relativas à distinção entre o normal e o patológico, discorre que, de acordo com os casos, qualquer fenômeno sociológico é capaz de revestir condições diferentes, permanecendo, no entanto, absolutamente igual a si mesmo. Essas formas são de dois tipos: algumas são gerais (normais), outras são excepcionais (patológicas, mórbidas).

Para Durkheim, um fato social é normal quando se produz na média de uma sociedade específica, considerada na fase correspondente de sua evolução. Em outras palavras: **um fenômeno social pode ser considerado como normal quando ocorre com frequência e regularidade na sociedade. Aquele fato que não está na média de uma sociedade é considerado como anormal, desviante.** Por este motivo que o método comparativo (experimentação indireta) é considerado pelo autor como o método por excelência das pesquisas sociológicas.

SAIBA MAIS

Durkheim foi profundamente influenciado pelo positivismo. Para ele o sociólogo pesquisa os fenômenos sociais com métodos iguais ou semelhantes aos das ciências naturais.

SAIBA MAIS

Regras relativas à constituição dos tipos sociais: “... começar-se-á por classificar as sociedades de acordo com o grau de composição que elas apresentam, tomando por base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único; no interior dessas classes, distinguir-se-ão variantes diferentes conforme se produza ou não uma coalescência completa dos segmentos iniciais” (Durkheim, 2001: 87).

SAIBA MAIS

Regras relativas à administração da prova: a comparação é o método por excelência do sociólogo. “Temos apenas um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro: comparar os casos em que eles estão simultaneamente presentes ou ausentes e examinar se as variações que apresentam nessas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro” (Durkheim, 2001: 127).

Método sociológico utilizado por Durkheim:

- os fatos devem ser estudados como coisas, isto é, como realidades externas ao indivíduo;
- não pode haver sociologia se não existem sociedades, ou seja, diante da simples existência e soma dos indivíduos;
- o indivíduo é dominado por uma realidade moral que o ultrapassa: a realidade objetiva;
- o termo função exprime as relações de correspondência que existem entre os movimentos desempenhados pelos organismos e algumas de suas necessidades. Durkheim tem por objetivo entender a função da divisão social do trabalho.

Caro aluno, no ambiente virtual você encontrará material de apoio a esta unidade. Leia para aprofundar as características do método funcionalista utilizado por Durkheim!

2.4. INTEGRAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE: OS TIPOS DE SOLIDARIEDADE

Na sociedade moderna, os indivíduos não são mais intercambiáveis e cada um pode realizar a própria vocação. Nem por isso deixa de ser necessária a existência de crenças comuns para manter a coexistência pacífica entre esses indivíduos diferenciados. Em uma sociedade na qual o indivíduo tornou-se lei suprema, é importante atribuir uma autoridade suficiente à consciência coletiva.

Para Durkheim, quanto mais a sociedade moderna encoraja os indivíduos a reivindicar o direito de realizar a sua própria personalidade e de satisfazer seus próprios desejos, maior a possibilidade que o indivíduo esqueça as exigências da disciplina e termine em uma situação permanente de insatisfação. Por maior que seja o individualismo na sociedade moderna, não há sociedade sem disciplina, sem limite dos desejos particulares, sem uma desproporção entre as vontades de cada um e as satisfações possíveis. Logo, as sociedades somente podem manter a sua coerência partilhando crenças comuns. Crenças comuns de ordem transcendente (externas ao indivíduo) que estavam abaladas pelo pensamento científico e pelo desenvolvimento industrial. Por consequência, a religião tradicional não mais respondia às exigências do que chamava de espírito científico (Durkheim, 1984).

Sua visão de transformação na organização social é de que as sociedades progridem para formas harmônicas. As crises, neste sentido, correspondem a momentos de ruptura entre diferentes modelos de sociedade. Se as sociedades mantêm-se integradas, isto se deve à presença da solidariedade social (consciência coletiva) que pode ser mecânica ou orgânica.

SAIBA MAIS

Fatos morais: são fenômenos como os outros; constituem as regras de ação que se reconhecem por certos caracteres distintos.

2.4.1. CONSCIÊNCIA COLETIVA

Além da consciência individual que faz parte da personalidade de cada indivíduo, existe a **CONSCIÊNCIA COLETIVA** formada pelas ideias comuns que estão presentes em todas as consciências individuais. Assim, Durkheim (1984) acusa a existência de duas consciências em cada indivíduo: a coletiva e a individual. A primeira significa compartilhar com o grupo (é geral) enquanto a segunda é particular do indivíduo.

À medida que a sociedade torna-se mais complexa, a divisão do trabalho e as conseqüentes diferenças entre os indivíduos conduzem a uma crescente interdependência de consciência.

A consciência coletiva é objetiva (não vem de uma só pessoa), é exterior (é aquilo que a sociedade pensa) e age de uma forma coercitiva. Constitui, de certo modo, a forma moral vigente da sociedade.

2.4.2. DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL

Durkheim tenta entender o funcionamento da sociedade da mesma forma que a Biologia entende o funcionamento de um corpo. Cada indivíduo tem uma função (ou papel social) a cumprir, importante para o funcionamento de todo o corpo social.

Assim, a divisão do trabalho social vem a ser a especialização das funções entre os indivíduos de uma sociedade. Quanto mais especializada for sua atividade, mais o membro de uma coletividade passa a depender dos outros, pois *"... a estrutura das sociedades é constituída por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e se forma de partes diferenciadas"* (Rodrigues, 2002: 91).

Os elementos sociais encontram-se coordenados e subordinados uns aos outros, em torno de um mesmo órgão central que exerce ação moderadora sobre o resto do organismo. Os indivíduos estão agrupados conforme a natureza particular da atividade social que se consagra. O meio natural passa a ser o meio profissional, ou seja, a função desempenhada na sociedade.

Por isso que o efeito mais importante da divisão do trabalho social não é o seu aspecto econômico (aumento da produtividade), mas a integração e a união entre os membros que compõem uma determinada sociedade. Esta integração é denominada por Durkheim de Solidariedade. A divisão do trabalho é uma estrutura de toda a sociedade, de que a divisão técnica ou econômica do trabalho não passa de uma manifestação.

A divisão do trabalho social é responsável pela solidariedade e coesão social. Há casos excepcionais, porém, que a fazem desviar. Entre as formas excepcionais da divisão do trabalho, Durkheim destaca três tipos mais gerais e mais graves (formas **ANÔMICAS**) que não produzem solidariedade social:

az GLOSSÁRIO

Consciência Coletiva: são maneiras de pensar e agir coletivamente que se impõem a todos os membros de uma determinada sociedade. Sua natureza está no fato de que: 1) as regras morais coagem o comportamento através da autoridade moral, muito mais que por meio de uma coação externa; 2) a eficácia da autoridade moral dá-se pelo fato de que os padrões de valor já foram interiorizados como parte da personalidade.

az GLOSSÁRIO

Anomia: é uma das características da sociedade europeia no século XIX. O excesso de especialização, causado pela divisão do trabalho social e pela ciência moderna, destrói nos indivíduos o sentimento de pertencimento a um grupo social, produzindo neles confusão mental, elemento que influencia no aumento das taxas de suicídio, por exemplo. Logo, a solidariedade social é inexistente, pois a sociedade não está suficientemente presente nos indivíduos, quer dizer, as normas e as regras sociais não têm poder de coação.

TIPOS	CAUSAS DA FALTA DE SOLIDARIEDADE	CONDIÇÕES PARA A SOLIDARIEDADE ORGÂNICA
Primeiro: <ul style="list-style-type: none"> • crises industriais ou comerciais; falências; • antagonismo do trabalho e do capital; • especialização recente das ciências. 	A especialização do trabalho com funções muito especializadas leva o indivíduo a isolar-se e deixar de sentir os colaboradores que trabalham ao seu lado na mesma obra que ele. As relações entre os órgãos (empresas, indústrias) não estão regulamentadas, estão em um estado de anomia.	Deve haver um sistema de órgãos necessários uns aos outros. Quando há solidariedade entre esses órgãos, eles ficam em contato prolongado. Com o tempo, das relações que se estabelecem espontaneamente entre as funções sociais, surge um corpo de normas.
Segundo: <ul style="list-style-type: none"> • Divisão forçada do trabalho 	Há uma distância entre as disposições hereditárias do indivíduo e a função social que ele irá preencher	Cada um deve ter a tarefa que lhe convenha. A divisão social do trabalho apenas produz solidariedade quando é espontânea.
Terceiro: <ul style="list-style-type: none"> • Quando em uma empresa industrial ou comercial as funções não oferecem matéria suficiente à atividade dos indivíduos 	Em uma administração em que os empregados não tenham com o que se ocupar suficientemente, a solidariedade afrouxa e surgem a incoerência e a desordem.	Deve haver um órgão regulador que crie espontaneamente a solidariedade entre os funcionários, através da incumbência a cada um de uma tarefa bem determinada. A divisão do trabalho é uma fonte de coesão porque torna os indivíduos solidários ao limitar a atividade de cada um e ao aumentá-la.

2.4.3. SOLIDARIEDADE MECÂNICA

A solidariedade mecânica, segundo Durkheim (1984), permanece enquanto a divisão do trabalho não se desenvolve, pois neste modelo de organização social existe um elevado grau de consciência coletiva, fazendo com que a sociedade anule o indivíduo. O indivíduo não existe por si só; ele apenas é reconhecido como membro integrante de um determinado grupo social. Logo, suas vontades e desejos particulares não são reconhecidos como elementos e fenômenos sociais importantes.

Os sistemas que compõem o grupo social são homogêneos e muito semelhantes entre si. Todos pensam de forma muito parecida. Não há discordâncias entre os membros da sociedade. Desta forma, todos são igualados entre si. Há incapacidade de o indivíduo ser ele mesmo, dele possuir uma individualidade.

O indicador deste tipo de sistema moral é o direito penal repressivo/punitivo, isto é, a coletividade utiliza a coação para fazer valer as regras sociais. Existe somente o coletivo (o indivíduo está ausente); logo, o desvio em relação ao padrão de pensamento da sociedade é severamente punido pelo grupo social.

O direito penal "... expressa a verdade da solidariedade mecânica. Trata-se de uma forma de solidariedade coletiva em que os indivíduos seguem automaticamente as regras e leis impostas pela coletividade, sem compreendê-las e sem uma participação real, sem um compromisso interno. A infração de alguém contra uma regra ou lei vigente constitui um insulto à coletividade. A punição tem por objetivo não corrigir o comportamento do infrator mas restaurar a solidariedade mecânica ameaçada pelo comportamento desviante. A punição segue a lógica do 'olho por olho, dente por dente'. Tais penas (lei do talião) persistem até hoje: as sociedades islâmicas punem o ladrão cortando-lhe a mão, punem o mentiroso cortando-lhe a língua. A pena de morte (como ainda persiste em grande parte dos Estados da federação norte-americana) ainda é uma manifestação clara do direito punitivo: aquele que mata alguém paga a infração com sua própria vida" (Freitag, 2005: 124).

2.4.4. SOLIDARIEDADE ORGÂNICA

Para que a solidariedade orgânica exista, deve haver um sistema de órgãos necessários uns aos outros que sintam de uma maneira geral a sua solidariedade e que a maneira como devem ocorrer esteja predeterminada pelo menos nas circunstâncias mais frequentes (Durkheim, 1984).

Deste modo, as sociedades modernas tendem à divisão de trabalho porque há mais especialização de funções. O que une as pessoas é a interdependência das funções sociais. Esta forma de organização social é definida por Durkheim como sendo caracterizada pela solidariedade orgânica.

O autor admite que a solidariedade orgânica é superior à solidariedade mecânica, pois, ao se especializarem as funções, a individualidade de certo modo é ressaltada, permitindo maior liberdade de ação. Logo, a consciência coletiva é fraca, pois é difusa, difundindo-se pelas diversas instituições.

No entanto, para que a estrutura desta nova forma de organização social torne-se concreta é necessário que a matéria social entre em combinações completamente novas para que possa organizar-se sobre outras bases, ou seja, é imprescindível que a estrutura antiga (solidariedade mecânica) desapareça.

O meio social não coincide mais com o meio territorial. O sujeito, na sociedade caracterizada pela solidariedade orgânica, diferencia-se pela divisão do papel social do trabalho; os indivíduos são agrupados segundo sua atividade social e não mais segundo sua posição social consanguínea.

Para garantir este tipo de solidariedade, é necessário que o indivíduo, no desempenho de cada papel social, não se feche em si; é preciso que ele mantenha relações permanentes com as funções vizinhas e que

tome consciência de suas necessidades. A divisão social do trabalho supõe que o trabalhador não perca de vista seus colaboradores, mas que se envolva com eles e suas ações. Assim, “... a sociedade baseada na diferenciação orgânica não poderia manter-se, fora ou acima do reino contratual, não houvesse imperativos e interditos, valores e objetos sagrados coletivos, que vinculassem as pessoas ao todo social” (Aron, 1987: 307).

O sistema jurídico que caracteriza este tipo de sistema moral é o direito civil (restitutivo/contratual). Infringir uma regra social significa romper um contrato, ou seja, descumprir um acordo firmado entre as partes. As condutas sociais têm como base a compreensão consciente da necessidade da lei, não estando baseadas em uma obediência imposta e irrefletida pela norma da coletividade, conforme observado na solidariedade mecânica.

O **direito restitutivo**, contratual, “... expressa a verdade da solidariedade orgânica. A infração contra uma norma ou lei significa a ruptura de um contrato, de um acordo originariamente fixado por ambas as partes. O infrator restabelece o equilíbrio, indenizando a outra parte contratante pelos danos causados, restitui ao outro as perdas, afirmando com isso a validade da lei contratual” (Freitag, 2005: 124).

Portanto, para Durkheim,

“... nas sociedades simples, predominam a divisão natural (biológica) do trabalho, a solidariedade mecânica e o direito punitivo. Nas sociedades complexas, predominam a divisão do trabalho social (econômica), a solidariedade orgânica e o direito restitutivo. Durkheim postula a passagem (natural) de um tipo de sociedade para outro (simples para complexa) e, com isso, uma passagem (automática) da solidariedade mecânica para a orgânica, o que implica a troca do direito punitivo pelo restitutivo. Durkheim afirma, ainda, que a forma simples contém a explicação para a forma mais complexa. Em outras palavras, a solidariedade mecânica revela o funcionamento e a finalidade da solidariedade orgânica: a coesão social” (Freitag, 2005: 125).

SOLIDARIEDADE MECÂNICA	SOLIDARIEDADE ORGÂNICA
<ul style="list-style-type: none"> • Permanece enquanto a divisão do trabalho não se desenvolve; • Elevada consciência coletiva: a sociedade anula o indivíduo; • Segmentos sociais homogêneos: todos pensam de forma parecida; • Integração social dada pelo consenso; • Todos são igualados: comunismo primitivo; • Sistema jurídico: direito penal repressivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ideia de organicidade = trabalho dividido e especializado; • A divisão do trabalho afirma o indivíduo na sociedade através da função que ele desempenha; • Consciência individualizada, mas interdependente: heterogeneidade; • Integração social dada pela interdependência entre as pessoas (elas executam tarefas diferentes, mas complementares, dentro da sociedade); • Sistema jurídico: direito contratual restitutivo.

2.5. A NOÇÃO DE DIREITO E CRIME EM DURKHEIM

De acordo com a teoria durkheimiana, o sistema jurídico é o indicador do modelo de organização social de uma determinada sociedade, ou seja, é o símbolo visível de sua consciência coletiva. É através dele que podemos identificar se a solidariedade que mantém coeso um grupo social é do tipo mecânica ou orgânica. Se a sociedade for caracterizada pela solidariedade mecânica, o sistema jurídico encontrado é o direito penal repressivo; se for do tipo orgânico, a instância jurídica terá como fundamento central o direito contratual restitutivo (Durkheim, 1984).

As regras que orientam as formas dos indivíduos se conduzirem na sociedade podem, portanto, ser coerções dispersas (coerções sociais simbólicas) ou coerções concentradas (sanções legais formais). Como exemplo do primeiro modelo podemos citar a autoridade paterna e materna perante os filhos; não há nenhum código formal (escrito) que nos diga como devemos nos relacionar com nossos pais cotidianamente, pois, ao longo de nosso processo de socialização, internalizamos valores sociais, tais como afeto, respeito, carinho, etc. Quanto ao segundo ponto, pode-se citar, para fins de ilustração, o Código de Trânsito Brasileiro; nele estão expostas formalmente as normas de como cada indivíduo deve se comportar no trânsito.

Durkheim explica que o direito e os *mores* (moral) podem não responder ao estado presente de uma sociedade, mas, muitas vezes, são mantidos pelo hábito. Assim, é a moral que constitui a base do direito, não existindo oposição entre ambos. Ao contrário, o direito reproduz os *mores* que são necessários para a sociedade (Locke, 1999).

A legitimidade da norma jurídica, como instância universal, não depende de sua eficácia. É a aceitação subentendida, implícita da autoridade do direito e da norma que a tornam válida socialmente. É necessário que estas regras jurídicas sejam internalizadas pelos membros da sociedade.

Em sua tese sobre a normalidade da crise e sua utilidade social, o autor estabelece uma crítica a alguns pensadores sociais, juristas e criminólogos de seu tempo. Contrapõe-se à ideia defendida por este grupo de que o crime, a loucura e o suicídio seriam valores mórbidos, distintos daqueles fenômenos tidos como normais (saúde, vida, alegria). Para Durkheim, todos os fenômenos sociais têm uma base comum; o que muda é a forma como esses fenômenos se manifestam e o peso moral que a sociedade atribui a eles. No entanto, sua natureza é a mesma: todos eles são produzidos pela sociedade, pelo fato de que *"... os atos qualificados como crimes não são os mesmos em toda a parte; mas sempre e em todo o lugar houve homens que se conduziram de maneira a chamar sobre si a repressão penal"* (apud Locke, 1999: 55).

Logo, o crime é um fato social normal em qualquer tipo de sociedade. Ele é normal porque preenche as três pré-condições do fato social:

- a. é geral, pois diz respeito a todo o grupo social e não apenas a um indivíduo particular;
- b. é exterior, sendo independente da vontade individual (o homicídio existe independente de nossa vontade individual);
- c. e é coativo, uma vez que exerce uma pressão sobre a consciência desse mesmo indivíduo.

Além de possuir uma função na sociedade, o crime apresenta outras duas características:

1. o crime ajuda a sociedade a reforçar a importância da solidariedade que deve existir entre os indivíduos;
2. o crime provoca uma reação negativa nas pessoas; isto faz com que a moral e a sociedade imponham-se sobre as tendências egoístas do indivíduo.

Para Durkheim, não existe sociedade sem crimes. Uma sociedade sem assassinos encontraria rapidamente outro fenômeno para criminalizar; esta tendência em criminalizar certas condutas sociais tem por objetivo acentuar os valores sociais tidos como normais pela negação daquilo que é defendido como patológico, anormal, enfim, um mal para a sociedade.

Dessa forma, o crime é indicador de uma sociedade normal. Patológica seria uma sociedade sem crimes (ao longo da história nunca foi encontrada ou mencionada uma organização social na qual inexistisse o crime). O crime apenas torna-se um problema social quando atinge taxas exageradas, quer dizer, quando seu índice ultrapassa a normalidade.

O "criminoso" não é apenas constituído do ponto de vista biológico e psicológico. Ele também é uma construção social.

2.6. A MORAL, A POLÍTICA E O ESTADO

Durkheim não se interessa pelos mecanismos propriamente políticos. As instituições parlamentares, os partidos e as eleições constituem um aspecto superficial da sociedade. O autor acredita na sociedade de reformas profundas de ordem social e moral. Estas reformas seriam antes paralisadas do que favorecidas pelos conflitos entre os partidos políticos e a desordem parlamentar.

Em suas Lições de Sociologia (*Leçons de Sociologie: Physique des mœurs et du droit*) realiza comentários sobre a democracia. Em nenhum momento da sua obra menciona o sufrágio universal, o parlamento ou

a pluralidade partidária ao debruçar-se sobre a temática. A verdadeira característica do Estado Democrático, segundo sua percepção, seria estabelecer comunicações mais próximas entre a consciência governamental e a massa das consciências individuais. Em outras palavras: entre o Estado e os membros da sociedade (Durkheim: 1983).

Tem preocupação em dar à função governamental uma capacidade de deliberação e reflexão que é pouco favorável ao sufrágio universal em um só grau. Nas suas "lições de sociologia" explica que a anarquia parlamentar como a observada em um país, como a França, adapta-se mal às exigências das sociedades modernas. Sugere uma reforma com o objetivo de libertar os eleitos das pressões exercidas sobre eles pelas "paixões obscuras das massas cegas" e de permitir aos governantes deliberar com mais liberdade sobre as necessidades coletivas. O elemento da ordem política consiste na criação de corpos intermediários, cujo protótipo é a corporação (grupos profissionais).

Durkheim (1983) ressalta a crise da sociedade moderna, provocada pelo choque direto entre os indivíduos isolados (nos quais as regras sociais não estavam suficientemente internalizadas) e um Estado todo-poderoso, ou seja, a crise da sociedade moderna é definida pela desintegração social e pela debilidade dos laços que prendem os indivíduos ao grupo. Por esse motivo que ele propõe reintroduzir um elemento intermediário entre os indivíduos, fazendo com que a sociedade torne-se mais orgânica, evitando aqueles indivíduos dispersos e impotentes. É em razão deste aspecto que o autor privilegia as organizações funcionais, as corporações profissionais.

Face a este quadro, o Estado toma para si a função de elaborar certas representações válidas para a coletividade. Ele seria, segundo Durkheim, diretamente deliberativo, ou seja,

"... os direitos seriam conferidos ao dito individual pelo dito Estado, na medida exata em que o progresso natural da vida social, o qual vai da heteronomia à autonomia, esboça mais nitidamente, em fundo social, o perfil distinto do indivíduo. Tira-lhe o hábito de obedecer, a aptidão para comandar e para fazer-se reconhecido como indivíduo, e soberano, e torna-se moderador dessa sociedade que de início, o modelou" (Durkheim, 1983: 36).

Do ponto de vista legislativo, os princípios gerais do contrato de trabalho, da retribuição aos assalariados, da salubridade industrial, do trabalho infantil e feminino, "... *cumpra sejam diversificados segundo as indústrias, e o Estado é incapaz dessa diversificação*" (Durkheim, 1983: 37). Tão logo, é tarefa legislativa. Os regulamentos dos conflitos de trabalho necessitam de tribunais especiais para poder julgar com toda a independência; são necessários direitos tão variados quanto as indústrias.

Segundo o autor, poderia ser atribuída tal tarefa às corporações restauradas e renovadas. O essencial seria constituir o

SAIBA MAIS

"O papel do Estado se encontra especificado. Não é o titular de uma coação *sui generis* cuja origem haveria de encontrar os instrumentos coercitivos (exército, polícia e seu 'sueldo'). Não é tampouco o agente ilustrado do que dotaria uma sociedade plenamente consciente de sua complexidade e dona de si mesma para combater a injustiça e estabelecer aqui o reinado do direito, como pretende a escola individualista e utilitarista. (...) É unicamente o órgão especializado delegado para a manutenção e adaptação da regra" (Filloux, 1975: 281).

SAIBA MAIS

"A explicação política vislumbrada por Durkheim articula, pois, em um sistema único de relações dinâmicas, dois modelos de análise: um modelo de comunicação entre o Estado e a sociedade civil, com o fim de expor o intercâmbio contínuo de representações entre eles, e um modelo de dependência causal entre representações coletivas e meio social, com o fim de expor as transformações da sociedade produzidas por sua interação múltipla e incessante" (Filloux, 1975: 292).

grupo. Uma vez formado, e entrando na vida coletiva, haveria de se desenvolver por si mesmo, não podendo ninguém prever até onde iria esse desenvolvimento.

É pouco provável para Durkheim que a sociedade moderna chegue, um dia, a um estágio no qual os meios de produção seriam separados dos meios de consumo, na qual nada restaria do antigo direito à propriedade privada, tendo desaparecido a situação de empregados e em que toda herança teria sido abolida. Uma vez organizada a sociedade industrial, esta virá a tornar-se a fonte de transformações inimagináveis.

Em síntese, é necessário que, na ordem das funções sociais, constitua-se uma moral profissional, mais concreta, mais próxima dos fatos. As regras devem existir para que expressem a cada um dos “colaboradores” seus direitos e deveres.

Aqui, a moral é obra do próprio grupo a que deva aplicar-se. Quanto ela falta é porque esse grupo não possui coesão suficiente, não existe suficientemente como grupo. O verdadeiro “remédio” para a moral está em dar aos grupos profissionais, na ordem econômica, a consciência que não possuem.

Em relação à definição da categoria Estado, Durkheim elabora as seguintes críticas:

- rejeita a ideia de limites territoriais para que este possa existir, pois territorialidade tem conexão com outros fatores. Se a noção de território estiver vinculada apenas ao aspecto físico, como poder-se-ia explicar o Estado nômade?
- a divisão da autoridade não caracteriza tão somente a sociedade política. Conforme o autor, nem todas as sociedades são políticas na história, visto que as sociedades mais simples carecem de um sistema diferenciado de autoridade.

Para ele, o Estado tem como função social as seguintes características:

1. conservar as funções morais;
2. expandir seu papel nas sociedades desenvolvidas;
3. sua inexistência somente é possível em sociedades menos avançadas, como, por exemplo, aquelas que possuem uma organização social do tipo solidariedade mecânica;
4. com o desenvolvimento da divisão do trabalho social, tem a tarefa de ajudar concretamente a converter em realidade os ideais do individualismo moral;
5. as corporações, associações ocupacionais representam instâncias que evitam a ameaça do Estado às liberdades individuais.

2.7. AS NOÇÕES DE COMUNISMO E SOCIALISMO SEGUNDO DURKHEIM

A análise da solidariedade orgânica é para Durkheim uma resposta a um problema filosófico entre o individualismo e o socialismo. Sua ideia de socialismo é em essência a mesma de Auguste Comte, que se resume na organização e moralização. Encontra no socialismo uma melhor organização da vida coletiva, que teria por objeto e consequência a integração dos indivíduos em instâncias sociais ou em comunidades dotadas de autoridade moral, capazes de preencher uma função educativa.

A Revolução Francesa foi um antecedente necessário para o desenvolvimento das doutrinas socialistas, podendo ser identificada em certos fenômenos do século XVIII: multiplicam-se os protestos contra as desigualdades (diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários, dentre outras reformas sociais) e surge a ideia de que se pode conferir ao Estado funções mais amplas.

A ideia central do socialismo é a concepção de uma reorganização consciente da vida econômica. Apesar de Durkheim não ser contrário às reformas sociais, o tema central é sempre o mesmo: fixar um conjunto de normas sociais que restabeleça a ordem social (Durkheim, 1970).

É neste aspecto que reside um erro fundamental, segundo o autor. As funções econômicas não podem ser independentes; elas precisam estar submetidas a um poder político e moral, necessário para regularizar a vida econômica, não no Estado ou na família, mas nos **grupos profissionais**.

Corporações profissionais são entidades de representação intermediária; possuem papéis sociais distintos para manter o funcionamento social.

O Estado não é capaz de exercer esta função porque está muito distante dos indivíduos. A família, por sua vez, além de perder seu papel econômico, tornou-se muito restrita; o local de trabalho não mais se confunde com o local de residência. Assim, nem o Estado e nem a família têm condições de exercer um controle sobre a vida econômica. Mas, os grupos profissionais, as corporações reconstituídas constituem uma esfera intermediária entre os indivíduos e o Estado, pois podem ser dotados de autoridade social e moral, necessários para restabelecer a disciplina.

Ao contrário da noção de socialismo, Durkheim percebe que as teorias comunistas relacionam-se com as condições de uma sociedade que tem apenas uma divisão rudimentar do trabalho. Neste sentido, o comunismo (primitivo) seria anterior ao socialismo, pois nele há a ausência do sujeito como ser único, individual.

Quanto às teorias de seu tempo, o autor explica que o comunismo não é produto de uma época. Definindo-o como utopia, expõe que utopias aparecem esporadicamente, sendo usadas por autores individuais na busca de formas justas de sociedade. Logo, expressam mais a personalidade de certos pensadores que as condições sociais reais (Giddens, 1978).

Neste sentido, Durkheim critica os que confundem o socialismo com o comunismo primitivo (solidariedade mecânica). Ressalta que não é possível impor às sociedades mais complexas e avançadas uma organização econômica já ultrapassada. Teoricamente a sociedade deveria estar caminhando para a solidariedade orgânica, e o comunismo primitivo representa um retorno para a solidariedade mecânica.

O socialismo se identifica mais com seu oposto, pois nas sociedades comunistas as funções sociais são comuns a todos, visto que a massa social não é constituída por partes diferenciadas (como na solidariedade orgânica). Em tais circunstâncias a personalidade coletiva é a única que se desenvolve; logo, a propriedade é naturalmente coletiva (Durkheim, 1970).

Já o socialismo implica que o trabalho seja dividido, uma vez que ele objetiva ligar funções distintas a órgãos distintos e estes uns aos outros. O objetivo é formar uma rede que seja interdependente por diferenciação.

O comunismo corresponde à fase histórica em que a atividade social atinge o máximo de homogeneidade, e o socialismo objetiva a mais elevada organização possível.

Para exemplificar a definição de comunismo e socialismo, Durkheim (1970) utiliza, como exemplos, as formas de organização encontradas na natureza. No que tange ao comunismo (solidariedade mecânica), utiliza, como exemplo, as medusas; estas, segundo o autor, vivem em uma sociedade desorganizada, onde uma não pode comer sem que as outras comam. Não há nenhum tipo de diferenciação, seja nas ações, seja nos desejos e vontades particulares. Já no reino dos animais superiores, todos têm uma função determinada e são solidários com os outros. Esta unidade é garantida por um órgão central, tornando-se, assim, expoente do socialismo (solidariedade orgânica).

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	
SOCIALISMO	COMUNISMO
Produto das mudanças sociais ocorridas nas sociedades europeias desde o século XVIII. Termo novo.	Não é produto de uma época – as utopias aparecem esporadicamente.
É, essencialmente, um corpo de doutrinas econômicas.	Utopias usadas por autores individuais – formas justas de sociedade (Platão, Moro, Campanella).
Saint-Simon – papel do Estado: tornar-se puramente econômico – dominação política como prática do passado.	Refere-se mais à personalidade de certos pensadores e não as condições sociais (37).
Durkheim – não é um traço do socialismo requerer a subordinação das atividades econômicas: são as funções econômicas que deverão substituir as funções políticas.	Doutrinas morais, propriedade privada e riqueza privada como origem dos males humanos. Economia e política como esferas separadas. Não é uma forma anterior ao socialismo.
Baseado na impulsão para expandir o reino da produção industrial, a fim de criar mais riqueza para todos.	Consumo comunitário e produção privada – baseado no modelo (medo) da influência corruptora da riqueza.
É uma expressão de mudanças sociais produzidas por uma complexa divisão do trabalho – pensadores perceberam as transformações na sociedade, que exigiam novas formas de regulamentação e direção da vida social.	Teorias comunistas relacionam-se com as condições de uma sociedade que tem apenas uma divisão rudimentar do trabalho (38).
Não é uma ciência; é um programa prático, um chamado para a ação.	Utopia
Indivíduos socialmente solidários participam do meio social através das corporações.	Comunismo primitivo – ausência do sujeito como ser único, individual.
Difusão – competição entre empresas; Economia não regulada pelo Estado; Estado = necessidade de sua intervenção para que as instituições tornem-se organizadas.	

Desta forma, a Sociologia pode trazer uma solução científica ao problema social. Descreve que, no início do século XIX, três movimentos foram quase contemporâneos: o surgimento da Sociologia, que tinha como objetivo submeter os fatos sociais a um estudo científico inspirado pelo espírito das ciências naturais; um esforço de renovação religiosa, cuja ideia era recriar crenças para tomar o lugar das religiões tradicionais que estavam enfraquecendo; e o desenvolvimento das doutrinas socialistas, que defendiam uma reorganização da sociedade.

De acordo com o autor, estes três movimentos estão interligados no princípio do século XIX porque são características da mesma crise. O desenvolvimento da ciência que arruína e enfraquece as crenças religiosas leva o espírito científico a interessar-se pelos fenômenos sociais. O socialismo é a tomada da consciência da crise moral e religiosa, assim como da desorganização social resultante do fato de que os antigos poderes políticos e espirituais não tinham mais condições de se adaptar à natureza da sociedade industrial. O tema central do socialismo é, portanto, a organização e não a luta de classes. Seu objetivo é a criação de grupos profissionais e não a transformação do estatuto da propriedade.

Durkheim apresenta três críticas às teorias socialistas de seu tempo:

1. Segundo o socialismo defendido pela doutrina social ligada às visões utilitaristas e da economia política clássica, a regulamentação que a sociedade emergente (sociedade industrial) precisa é puramente econômica. Para o autor, ambas as perspectivas não percebem a necessidade de uma regulação moral;
2. Estas correntes de pensamento antecipam a transcendência do Estado e do poder político. Para Durkheim, estas esferas somente existem dentro da sociedade. Portanto, são produzidas pela sociedade.
3. O pensamento durkheimiano rejeita a tese de que a realização do socialismo envolva a luta de classes. A melhoria da situação dos trabalhadores não é seu objetivo principal, mas apenas uma das consequências produzidas pela vinculação das atividades econômicas aos agentes administradores da sociedade. As mudanças necessárias seriam percebidas por um processo de evolução social, assistido pela intervenção de um Estado beneficente.

2.8. A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

Em seu estudo “As formas elementares da vida religiosa”, publicado em 1912, Durkheim elabora uma teoria geral da religião, a partir de uma investigação das instituições religiosas mais simples. A instituição religiosa, como o totemismo, por exemplo, permitiria entender a essência dos fenômenos sociais.

Para o autor, as sociedades individualistas e racionalistas têm como base a crença na ciência, que se constitui como uma autoridade moral; contudo, ressalta que

“... é possível ir adiante da ciência e não permanecer atrás e recusar os seus ensinamentos. Mas a sociedade que determina e favorece o desenvolvimento do individualismo e do racionalismo tem a necessidade, como toda a sociedade, de crenças comuns. Ora, (...), estas crenças comuns não podem ser proporcionadas pela religião tradicional, que não responde às exigências do espírito científico. (...). A ciência da religião revela a possibilidade de reconstruir as crenças necessárias ao consenso,

não que seja suficiente para fazer surgir a fé coletiva, mas porque deixa a esperança de que a sociedade do futuro ainda seja capaz de fabricar deuses, uma vez que todos os deuses do passado não foram senão a transfiguração da própria sociedade” (Aron, 1987: 311).

Neste sentido, os interesses religiosos representam simbolicamente os interesses sociais. Sua essência é a ideia do sagrado e do profano, existindo formas de organização social superiores, sem a necessidade da existência de crenças transcendentais (o budismo, por exemplo).

As crenças religiosas constituem um conjunto de representações sociais coletivas e concretas. É através da ideia de sagrado que as crenças, os símbolos e os ritos são edificados em oposição ao profano. Por meio de ritos e símbolos, as práticas sociais buscam estabelecer relações de coordenação e submissão. Estes fatos sagrados conduziram as consciências à formação de uma comunidade moral. Esta força coletiva se sobressai em relação às consciências individuais, pois não existe religião individual; logo, a religião, assim como a sociedade, só pode ser coletiva.

A religião é, portanto, a imagem da sociedade, refletindo todos os seus aspectos, sejam morais sejam imorais.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre a sociologia da religião durkheimiana. Leia este material e responda aos exercícios propostos para aprofundar a reflexão.

2.9. O SUICÍDIO COMO FATO SOCIAL

Entre as diversas espécies de mortes, há aquelas que apresentam traços particulares: o fato de serem obra da própria vítima, de resultarem de um ato de que o paciente é o autor; e, por outro lado, acontece que este mesmo traço se encontra na base da ideia que normalmente se tem de suicídio. Para Durkheim, o suicídio pode ser definido como “... *todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir esse resultado*” (Durkheim, 1982: 16).

Cada grupo social tem uma inclinação coletiva para o suicídio; são destas inclinações coletivas que derivam as tendências individuais. As causas do suicídio são objetivas, exteriores aos indivíduos. As sociedades religiosa, doméstica e política podem exercer uma influência moderadora sobre o suicídio; este fato depende da coesão e da vitalidade das instituições às quais o indivíduo está ligado.

Assim, a sociedade tem, em cada momento de sua história, uma aptidão definida para o suicídio. Mede-se a intensidade relativa desta disposição tomando a relação entre o número global de mortos voluntários e a população global (todas as idades e ambos os sexos).

SAIBA MAIS

“O objetivo da teoria da religião de Durkheim é fundamentar a realidade do objeto da fé, sem admitir o conteúdo intelectual das religiões tradicionais, condenadas pelo desenvolvimento do racionalismo científico; este permite salvar o que parece destruir, demonstrando que os homens nunca adoraram senão sua própria sociedade” (Aron, 1987: 313).

Este dado numérico é designado por taxa de mortalidade-suicídio própria à sociedade considerada em questão. Esta taxa é geralmente considerada relativamente a cem mil ou um milhão de habitantes.

Para o autor, cada sociedade está predisposta a fornecer um determinado contingente de mortos voluntários. Esta predisposição pode ser objeto de estudo especial, estando situada no domínio da sociologia. O que o sociólogo procura, ao estudar o suicídio, são as causas através das quais é possível agir, não sobre os indivíduos isolados, mas sobre o grupo.

Para a teoria sociológica do suicídio, **as taxas de suicídio podem oscilar conforme certas circunstâncias de caráter social**. Assim, ao analisar tal fato social, Durkheim define três tipos de suicídio: o egoísta, o altruísta e o anômico.

TRÊS TIPOS DE SUICÍDIO:

1. Suicídio egoísta – é aquele que se deve a causas exclusivamente pessoais/psicológicas;
2. Suicídio altruísta – é determinado pelo excesso de solidariedade mecânica/consenso;
3. Suicídio anômico – é determinado pelo excesso de divisão do trabalho e de especialização. Típico da sociedade moderna. A atividade dos homens está desregrada e eles sofrem com isto. A sociedade não está suficientemente presente no espírito dos indivíduos (todos pensam de forma muito parecida: ausência em relação às paixões propriamente individuais, deixando-as sem regulação).

2.9.1. SUICÍDIO EGOÍSTA

O suicídio egoísta é aquele que se deve a causas exclusivamente pessoais/psicológicas. Ele é menor quanto maior for a integração nas esferas religiosa, doméstica e política.

Ao analisar o **comportamento das religiões** diante do suicídio, Durkheim conclui que a inclinação do protestantismo para o suicídio está relacionada ao espírito do livre arbítrio que incita esta religião, ou seja, o protestantismo dá maior margem ao pensamento individual do que o catolicismo, tendo menos credos e práticas comuns. Tal aspecto define o protestantismo como instância menos integradora que o catolicismo.

Já no judaísmo, a incidência das práticas de suicídio é ainda menor. Este acontecimento pode ser explicado pelo fato das pessoas lutarem contra uma animosidade geral. A própria impossibilidade de se comunicarem livremente com o restante da população obrigou-os a manter-se estreitamente unidos uns aos outros. A partir daí, cada comunidade transformou-se numa pequena sociedade, compacta e coerente, dotada de um sentimento muito vivo sobre ela própria e sobre sua unidade.

Portanto, conforme o autor, os dogmas e ritos são secundários. O essencial é a vida coletiva e integrada, isto é, a intensidade da integração.

Quanto às suas análises sobre o **comportamento relativo à questão familiar e política**, Durkheim (1982) identificou que o estado de casado reduz pela metade o perigo do suicídio; os celibatários matam-se mais que os casados; os viúvos matam-se mais que as pessoas casadas e, em geral, menos que os celibatários.

Diante do exposto, infere que os indivíduos casados têm, em geral, uma base física e moral "superior" a dos celibatários; as pessoas sem fortuna ou posição casam-se sensivelmente menos, têm mais filhos que as classes mais favorecidas. Os viúvos com filhos também têm maior tendência ao suicídio, não pelo fato de não estarem mais casados, mas porque a família da qual eles eram chefes está desorganizada. Não é o desaparecimento da esposa e sim o desaparecimento da mãe que está na origem da desordem.

O mesmo ocorre com a sociedade política; os grandes conflitos sociais, as grandes guerras, as crenças políticas estimulam o sentido de pertença, pois excitam os sentimentos coletivos. Estes elementos levam os indivíduos a concentrarem atividades com o objetivo de alcançar o mesmo fim, provocando momentaneamente uma integração entre os membros da sociedade.

"O suicídio egoísta não é simplesmente um fator auxiliar, é causa geradora. As condições de vida privada que num primeiro momento parecem inspirar o suicídio, não são as causas determinantes. Se o indivíduo cede à menor contrariedade da vida, é porque o estado em que se encontra a sociedade faz dele uma vítima do suicídio" (Durkheim, 1982).

O Suicídio egoísta é causado pelo desprendimento do indivíduo de seu grupo. Neste tipo de suicídio "... o indivíduo é amoral, cede à sua natureza egoísta, toma a si mesmo a vida. Como no crime comum, esse ato isolado reforça a coesão original do grupo e a solidariedade interna dos seus membros" (Freitag, 2005: 127).

2.9.2. SUICÍDIO ALTRUÍSTA

O suicídio altruísta é determinado pelo excesso de consenso. Portanto, pode ser encontrado com maior frequência nas sociedades caracterizadas pela solidariedade mecânica, nas quais se observa a inexistência do indivíduo diferenciado, como sujeito de desejos particulares.

Se uma individuação excessiva leva ao suicídio, uma individuação insuficiente produz os mesmos efeitos. Da mesma forma que o ator social mata-se facilmente quando está desligado da sociedade, o mesmo tipo de ação ocorre quando o indivíduo está demasiado integrado nela.

O suicídio é muito frequente entre os povos primitivos. No entanto, neste caso tal fato social, ao ser analisado pelo autor, apresenta algumas características muito particulares, sendo encontrado com maior frequência nas seguintes categorias sociais:

1. suicídios de homens que chegaram ao limiar da velhice ou foram atingidos por doenças;
2. suicídios de mulheres por ocasião da morte do marido;
3. suicídios de fiéis ou de servidores por ocasião da morte de seus chefes.

O termo altruísmo exprime adequadamente o estado contrário àquele em que o eu não pertence a si próprio, em que se identifica com outra coisa que lhe é exterior, em que o polo da conduta reside fora dele e se situa num dos grupos a que pertence (Durkheim, 1982: 246).

É por esta razão que Durkheim chama esta forma de suicídio de altruísta, pois este tipo de suicídio caracteriza-se como obrigatório, quer dizer, a sociedade impele o indivíduo a se destruir.

O Suicídio altruísta é "... um tipo de suicídio com elevado valor moral: o indivíduo aceita a morte para salvar o grupo social, a nação a que pertence. Esse tipo de suicídio, como a causa que o provoca (a guerra), tem poder de regenerar a solidariedade perdida no interior de um grupo" (Freitag, 2005: 127).

2.9.3. SUICÍDIO ANÔMICO

O suicídio anômico é determinado pelo excesso de divisão do trabalho, ou seja, pelo excesso de especialização. Típico da sociedade moderna (em crise, portanto, anômica), esta forma de suicídio deve-se a um estado de desregramento social; as normas não estão presentes ou não impõem respeito. Como a sociedade não está suficientemente presente no espírito dos indivíduos, ela não consegue regular as paixões individuais (característica da sociedade moderna).

Em uma sociedade baseada na divisão do trabalho, se as relações dos órgãos não estão regulamentadas, ou não estão em contato suficiente uns com os outros, ou são laços pouco duradouros, há pouca interdependência. Consequentemente, observa-se na sociedade um estado de anomia (relações precárias e regras indefinidas), favorecendo a ocorrência deste tipo de suicídio, visto que o estado de equilíbrio moral foi rompido.

Desde o final do século XVIII, o progresso econômico tem se desenvolvido no sentido de libertar as relações industriais de toda e qualquer regulamentação. Até um período recente, existia um sistema inteiro de poderes morais que tinha por função disciplinar este processo. Em primeiro lugar, havia a religião, cuja influência se fazia sentir da mesma forma entre patrões e operários, entre ricos e

pobres. Pregava que a ordem social era providencial, que a posição social em uma classe social era determinada pelas forças divinas.

Antes, o poder temporal e as regulamentações impostas pelas corporações de ofícios diminuam o ímpeto da indústria. Embora aquelas formas de organização fossem inadequadas para a sociedade contemporânea, nada veio a ocupar o seu lugar. Por isso é que a ocorrência de uma crise econômica ou de mudanças súbitas nas crenças vigentes em uma sociedade pode impedir que esta cumpra as funções reguladoras, disciplinares e, desse modo, o estado de anomia vir a tornar-se normal.

Um desastre econômico lança muitos indivíduos a uma situação inferior sem que eles aprendam a conter suas necessidades, refazendo a sua educação moral. Um brusco aumento de riqueza ou de poder leva indivíduos ao mesmo desajuste (não há nada a que ele não tenha pretensões). Os apetites incontidos não têm mais limites; assim, os fracassos e as crises se multiplicam. O divórcio, ao afrouxar o controle social, pode também levar à anomia, rompendo o estado de equilíbrio moral.

As funções industriais e comerciais encontram-se entre as profissões que registram o maior índice de suicídios. Isto se deve a sua nova e frágil moralidade. Os padrões são provavelmente os mais atingidos pelo suicídio do tipo anômico. Segundo Durkheim, os países pobres também desfrutaram de uma singular imunidade a esse tipo de suicídio, já que a pobreza constitui um freio ao que se quer ter; em razão deste aspecto os indivíduos são compelidos a estender sem limites o círculo de necessidades.

Em relação ao suicídio anômico, "... o indivíduo é uma vítima da anomia social, decorrente da desorganização econômica e do caos social. Para evitar esta forma de suicídio, seria necessário reorganizar a sociedade em grupos (corporações), restituindo ao grupo sua força moral e seu poder de coesão. O suicídio anômico, decorrente das crises econômicas e da dissolução de instituições e grupos sociais, é a forma de suicídio mais frequente nos tempos modernos, constatando-se estatísticas ascendentes. Essa forma de suicídio agrava a anomia geral, reforçando (funcionalmente) as tendências desagregadoras (anômicas) do social" (Freitag, 2005: 127).

"A impotência obriga-nos à moderação, e a ela nos habituamos, além de que, onde a mediocridade é geral, nada vem estimular a cobiça. A riqueza, pelo contrário, pelos poderes que confere, nos dá a ilusão de que só dependemos de nós mesmos. Ora, quanto menos limitados nos sentimos, tanto mais toda limitação nos parece intolerável" (Durkheim, 1982).

2.10. O PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL SEGUNDO A VISÃO DURKHEIMIANA

Durkheim identifica na sociedade uma crise moral, produto do crescente individualismo. Para compreender esta problemática e restabelecer o equilíbrio social, cria uma teoria sobre a educação, visto que para o autor a mudança social somente seria possível através da transformação estrutural das instituições (moral e cívica; substituição da educação religiosa pela educação laica), assim como do Estado e da emergência da cooperação social.

Para o autor, a educação reforça e mantém a homogeneidade exigida pela vida em sociedade (coletiva); ao mesmo tempo, garante a diversidade social que também é necessária. Contrário à ideia de uma educação ideal, perfeita e apropriada para todos indistintamente, Durkheim (1967) percebe os atores sociais como indivíduos que possuem, de acordo com suas aptidões, diferentes funções a desempenhar na sociedade. Segundo ele, nem todos são feitos para refletir, sendo, por isso, necessário que haja indivíduos de sensibilidade e indivíduos de ação.

A cada momento deverá haver um tipo regulador de educação. Isso ocorre porque *“... cada sociedade considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível”* (Durkheim, 1967: 36).

Os sistemas de educação dependem de causas sociais, como a religião, a organização política, o grau de desenvolvimento das ciências, o estado das indústrias e de causas históricas. E mesmo dentro da mesma sociedade haverá uma educação diferenciada, visto que tanto a sociedade como a educação possuem um caráter múltiplo. A educação deve ser especializada e diversificada.

A educação é entendida como o meio pelo qual a sociedade prepara no íntimo das crianças as condições essenciais para a sua própria existência. A educação

“... é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, nas crianças, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se define” (Durkheim, 1967: 41).

Em cada um de nós há um ser individual (constituído de estados mentais que se relacionam conosco) e um ser social (constituído de um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós o grupo (ou grupos) ao qual estamos integrados).

Constituir o ser social é o fim da educação. O ser social só se desenvolve em cada um dos indivíduos através da educação; portanto, cabe a ela transmitir-lhe as diversas aptidões que a vida social supõe.

Para Durkheim educar é socializar. Logo, sua função é essencialmente social.

A educação satisfaz as necessidades sociais. Os homens se submetem às necessidades sociais e estão interessados nela

"... porque o ser novo que a ação coletiva, por intermédio da educação, assim edifica, em um de nós, representa o que há de melhor no homem, o que há em nós de propriamente humano" (Durkheim, 1967: 45).

Tendo a educação um caráter social, o Estado não pode desinteressar-se dela. Ele não deve monopolizar o ensino, mas deve permitir a abertura de outras escolas, além das suas, mantendo a fiscalização. A função do Estado é proteger os princípios que são comuns a todos.

"A escola não pode ser propriedade de um partido; e o mestre faltará aos seus deveres quando empregue a autoridade de que dispõe para atrair seus alunos à rotina de seus preconceitos pessoais, por mais justificados que lhe pareçam" (Durkheim, 1967: 49).

Durkheim justifica a inexistência de uma educação universal devido à diversidade moral das profissões.

"Cada profissão constitui um meio *sui generis*, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, em que reinam certas ideias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e, como a criança deve ser preparada, em vista da função a que será chamada, a educação, a partir de certa idade, não pode permanecer mais a mesma para todos" (Durkheim, 1967: 77).

Por fim, para o autor, o ideal pedagógico se explica pela estrutura social. É a **SOCIEDADE** que constrói o tipo humano, segundo suas necessidades. "*O homem que a educação deve realizar, (...) não é o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja; e ela o quer conforme o seu equilíbrio*" (Durkheim, 1967: 81). Todavia, a educação é também o meio pelo qual a sociedade renova as condições de sua própria existência. Quer se trate dos fins a que vise, quer se trate dos meios que empregue, é sempre às necessidades sociais que a educação atende e são ideias e sentimentos coletivos que ela exprime. O ideal pedagógico exprime necessidades sociais e só pode se realizar nos indivíduos e pelos indivíduos.

GLOSSÁRIO

A sociedade (por meio da educação) é que nos diz como o indivíduo deve ser. É a educação que moraliza a criança, que a torna um adulto normal e moralizado. Por isso que a educação deve ter uma base comum, mas depois precisa diversificar-se para atender às necessidades sociais.

PARA MEMORIZAR:

1. As sociedades progredem para formas harmônicas; as crises correspondem a momentos de rupturas;
2. Sua tese está dividida em três partes: a) procura compreender o papel da divisão do trabalho, ou seja, a que necessidade social corresponde; b) em seguida, tem por objetivo determinar as causas e condições de que depende; c) por último, procura classificar as principais formas anormais que a divisão do trabalho apresenta;
3. Objeto histórico investigado pelo autor: falta de moral na sociedade;
4. Objeto teórico durkheimiano: solidariedade (consciência coletiva) e ausência de solidariedade;
5. Objeto sociológico: fato social (externo, coletivo e coercitivo);
6. Problemática sociológica: crise moral; integração, anomia; funcionalidade e disfuncionalidades – patologias sociais;
7. Método sociológico: positivo, funcionalista. Deve ser possível observar, descrever, classificar e procurar as leis que explicam os fenômenos sociais;
8. Definição de sociedade: sociedade = sistema de normas morais = formas de ação coletiva. Ela precede o indivíduo. Transição da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. Diferenciação social, individual e grupal. Organização social coletiva (corporações)

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre esse autor. Leia os textos e responda aos exercícios propostos para aprofundar a reflexão.

CAPÍTULO 3

KARL MARX E O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

OBJETIVO:

Karl Marx é considerado como um dos pensadores sociais mais revolucionários da sociedade capitalista. Ao contrário de Comte e Durkheim, por exemplo, sua teoria propõe-se a estabelecer uma crítica às mudanças desencadeadas pela Revolução industrial, caracterizada pelo modo de produção capitalista. Neste capítulo serão discutidas algumas de suas ideias tais como surgimento e organização do capitalismo, os conceitos de mais valia, classes sociais, infraestrutura, superestrutura, socialismo, comunismo, dentre outros.

3.1. KARL MARX

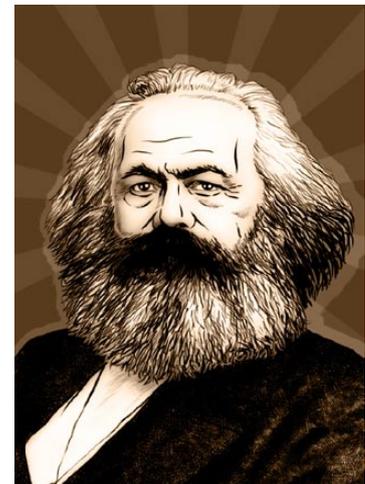
KARL MARX nasceu em 1818, na cidade de Tréveris, Alemanha, em uma família de classe média. Possuía antiga ascendência de rabinos, tanto por parte da família paterna quanto materna. Seu pai era um dos advogados mais respeitados em Tréveris e sua mãe ocupava-se com os afazeres domésticos, sendo muito influenciada pela religiosidade judaica.

Em 1835, aos dezessete anos de idade, o autor ingressa na Universidade de Bonn para cursar a Faculdade de Direito. No ano seguinte, por interferência do pai (este pensava que Marx não estava correspondendo às suas expectativas) muda-se para a Universidade de Berlim, na qual passa os quatro anos seguintes, doutorando-se em filosofia plena. Além da Alemanha, residiu na França, em Bruxelas e na Inglaterra, lugares nos quais exerceu diversas atividades, desde a redação de uma gazeta liberal até aos estudos que marcam suas obras mais conhecidas sobre economia política. Foi em Paris, no ano de 1842, que conheceu Friedrich Engels, com o qual estabeleceu uma forte amizade; ambos tornaram-se companheiros de ideias e publicações.

Marx morre em março de 1883, em Londres, após a morte de sua esposa (1881) e de sua filha Jenny (01-1883). Sua vida foi marcada por uma intensa atividade política e intelectual (McLellan, 1975).

Ao contrário do método positivista que se propunha a estabelecer a ordem social através da efetivação das normas, instituições e valores estabelecidos em uma determinada sociedade, Karl Marx assumiu uma atitude crítica em relação à sociedade europeia de seu tempo. Adepto do materialismo histórico, seu pensamento é considerado como o mais revolucionário de toda a teoria social e ação política. É difícil sintetizar as ideias defendidas pelo autor, pois, além de sua produção robusta, seu pensamento social foi desdobrado em várias correntes, sendo incorporado por diversos teóricos, dentre os

PERSONALIDADE



Karl Heinrich Marx

quais se destacam Lukács, Lênin, Gramsci, Lefebvre e os pensadores da Escola de Frankfurt (Marcuse, Horkheimer, Adorno), etc.

Marx produziu obras de economia, filosofia e sociologia a fim de compreender o sistema capitalista. Seu objetivo, porém, não consistia apenas em contribuir para o desenvolvimento da ciência; **sua tarefa principal era propor uma profunda transformação política, econômica e social.** Como afirma Quintaneiro,

“... suas formulações teóricas acerca da vida social, especialmente a análise que faz da sociedade capitalista, causaram tamanho impacto nos meios intelectuais que, para alguns teóricos, grande parte da sociologia ocidental tem sido uma tentativa constante de corroborar ou de negar as questões por ele levantadas” (Quintaneiro, 2003: 27).

Dentre suas principais obras, destacam-se: Manifesto do Partido Comunista (1848), Trabalho Assalariado e Capital (1849), O 18 Brumário de Luiz Bonaparte (1852), Fundamentos da Crítica da Economia Política (1857) e o Capital (1867-...).

Fatos históricos que marcaram a vida e obra de Karl Marx:

1834 – é criada a Lei dos Pobres na Inglaterra;

1840 – Criada a primeira lei de proteção ao trabalho, na França;

1847 – Fome, cólera e crise na Europa;

1857 – Crise econômica na Europa.

3.2. AS BASES DO PENSAMENTO DE KARL MARX: OBJETO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO MARXISTA

A formação intelectual de Marx teve como base o racionalismo iluminista e um tênue protestantismo, que incorporava as virtudes da moderação, do trabalho árduo e da razão. Procura integrar em seus trabalhos política, economia e história, através de sua assimilação da filosofia idealista alemã, da teoria política francesa e da economia inglesa clássica.

Fortemente influenciado em sua juventude pelo idealismo alemão, estabelece o primeiro contato com os estudos hegelianos ainda quando se encontra na Universidade de Berlim. A dialética hegeliana está assentada nos princípios da contradição e do conflito. Estes elementos são por ela percebidos como a própria substância da realidade, o que faz com que os fenômenos contêm em si uma tendência de negação de si, um devir, um movimento intrínseco. Para **HEGEL**, “... a realidade histórica desenvolve-se enquanto manifestação da razão, num processo incessante de autossuperação desencadeado pelo conflito e pela contradição que lhe são inerentes” (Quintaneiro, 2003: 28).

Marx sempre teve consciência da força explicativa que a teoria de Hegel possuía; concordava que as ideias defendidas pelo autor eram capazes de apresentar a realidade social em sua es-

SAIBA MAIS

O pensamento social de Marx ultrapassa as fronteiras acadêmicas. Seus pressupostos sofrem (re)leituras no final do século XIX e ao longo do século XX, sendo assimilados por ideologias políticas e pelos movimentos sociais dos anos setenta e oitenta do século passado.

PERSONALIDADE



Friedrich Hegel

sência e de forma coerente. Para ambos existia uma continuidade no processo histórico; esse processo histórico era regido por um princípio dinâmico: a contradição.

A oposição de Marx a Hegel refere-se somente à insuficiência da perspectiva transcendente do idealismo desse autor, que o impedia de ultrapassar a mera reprodução conceitual da realidade social. Assim, na construção de sua teoria, Marx depara-se com o seguinte problema: de que forma é possível elaborar uma teoria de apresentação da realidade social e, ao mesmo tempo, criticá-la?

Embora sofrendo influências do pensamento hegeliano, Marx considera que este autor cometeu alguns erros, especialmente aquele que tange à dialética idealista, posta, segundo a perspectiva marxista, "de cabeça para baixo", pois seu método dialético difere do hegeliano. O pensamento, as representações e ideologias não produzem a realidade, como indica Hegel, mas são produzidas pelas condições sociais materiais (Marx, 1973).

De acordo com o pensamento de Hegel, o sujeito da história é a ideia, o pensamento; logo, o sujeito para este autor é uma entidade abstrata. Marx, por sua vez, vê o indivíduo envolvido na produção como o único sujeito histórico; é esse indivíduo (membro de uma classe social específica, o proletariado) que é o responsável pela produção de meios de sobrevivência para a sociedade. Assim,

"... Hegel reconhece na ideia o sujeito da substância ética, realizada na família e na sociedade civil, que constituem o Estado, ao passo que Marx esclarece que o verdadeiro sujeito, a substância que cria e impulsiona o Estado, é a família, é a sociedade civil, ou seja, são as instituições sociais no interior das quais ocorrem a produção e a reprodução biológica e material da sociedade. As convicções morais na esfera da família e do trabalho não são emanções de um espírito abstrato que se materializa nessas instituições; são essas instituições, como organismos vivos, que fazem emergir, em seu interior, convicções e sentimentos éticos entre seus membros" (Freitag, 2005: 85).

 SAIBA MAIS

Não se tratava de descobrir a realidade como base objetiva da teoria, mas sim de descobrir a teoria como expressão adequada da realidade (Flickinger, 1986).

WILHELM HEGEL	KARL MARX
<ul style="list-style-type: none"> • Rejeita a ideia de que o indivíduo é livre por natureza; • Percebe o Estado como o único meio de tornar real a liberdade dos indivíduos; • Não negava os conflitos sociais existentes, mas acreditava que estes podiam ser harmonizados pelos órgãos do Estado; • Parte do ideal para o real; • Ênfase na filosofia da história. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Estado é um instrumento de dominação da classe burguesa; • Os conflitos sociais são produtos do processo de exploração da burguesia sobre o proletariado; • São as condições reais que dão origem às convicções; • Parte do real, do concreto, do histórico; • Ênfase na história real dos processos materiais de produção.

3.2.1. MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

O método de análise utilizado por Marx é o **MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO**. É através dele que o autor expressa os princípios básicos de sua teoria a fim de entender e explicar o surgimento e a organização da sociedade moderna, caracterizada pela economia capitalista.

É a forma como os indivíduos organizam a produção social de seus bens que possibilita compreender a estrutura de uma sociedade. Esta produção social engloba dois fatores: as forças produtivas (são as condições materiais da produção, como, por exemplo, as matérias primas, os instrumentos, a força de trabalho do indivíduo, responsável por estabelecer a ligação entre a natureza, a técnica e os instrumentos) e as relações de produção (maneira como os indivíduos estão organizados para executar a produção, podendo ser cooperativistas, escravistas, servis ou capitalistas).

A forma como as relações de produção e as forças produtivas existem e são reproduzidas constituem os modos de produção, ou seja, a infraestrutura de uma sociedade, que corresponde à base sobre a qual as demais instituições sociais se assentam. **Se a infraestrutura corresponde aos produtos materiais, a superestrutura (também conhecida como supraestrutura) tem a ver com as ideologias, as concepções religiosas, o ensino, a política, os valores de uma sociedade e suas representações coletivas** (Quintaneiro, 2003). Para Marx,

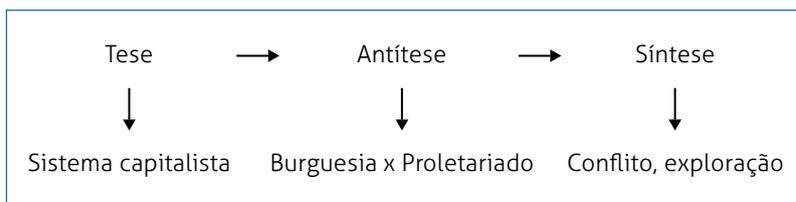
"... são os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca por Ser mais que o Ser consciente, e o Ser dos homens é o seu processo da vida real... Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão, antes, os homens que, desenvolvendo a sua produção material e suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos deste pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência" (Quintaneiro, 1995: 74-75).

Logo, são as relações de produção que constituem a base econômica da sociedade e não as formas sociais como as jurídicas, políticas e de consciência. É por este motivo que, para o materialismo histórico-dialético de Marx, as leis do pensamento correspondem às leis da realidade, ou seja, a superestrutura é determinada pela infraestrutura, e o processo de relações sociais é marcado pela contradição.

GLOSSÁRIO

Materialismo histórico: teoria marxista cuja base assenta na ideia de que os fatos econômicos determinam os fenômenos sociais, políticos e históricos.

Materialismo dialético: filosofia marxista que une uma perspectiva materialista do mundo (firmada basicamente no progresso científico) e uma concepção crítica desse mundo.



Pressupostos:

- A história da sociedade é a história da luta de classes;
- Nenhuma sociedade coloca problemas sem que as condições para a sua superação já estejam presentes;
- Nenhuma sociedade é superada antes de seu pleno desenvolvimento.

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material que amplia os conhecimentos sobre o método utilizado por Karl Marx. Leia os textos e responda aos exercícios propostos para aprofundar a compreensão.

3.3. COMO SURTIU O CAPITALISMO?

De acordo com os estudos de Marx, a concentração de riqueza nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos fomenta o surgimento do sistema capitalista, visto que este grupo reduzido visa acumular lucros cada vez maiores.

Se, no início, a pirataria, os roubos e o monopólio dos Estados absolutistas eram responsáveis pela acumulação da riqueza, ao longo do século XVI são observadas mudanças na esfera fabril e econômica na sociedade europeia. As corporações de ofício, os artesãos são substituídos aos poucos pelas indústrias e pelo trabalhador livre assalariado.

Até o período do Renascimento e da Idade Média, os instrumentos de produção eram mantidos pelo trabalhador em sua própria residência. Seu trabalho era basicamente artesanal. Aos poucos estes instrumentos de produção passam a ser adquiridos por indivíduos que têm a posse do capital e que começam, por consequência, a organizar as oficinas. Assim,

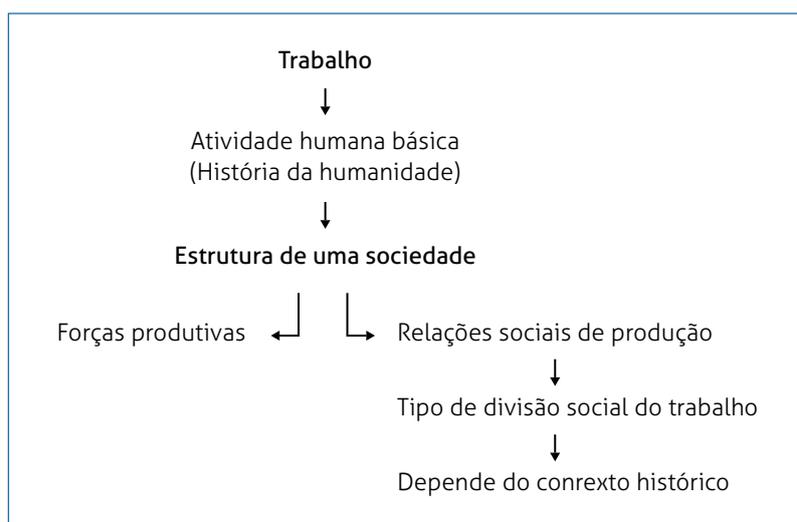
“... a Revolução Industrial introduziu inovações técnicas na produção que aceleraram o processo de separação entre o trabalhador e os instrumentos de produção. As máquinas e tudo o mais necessário ao processo produtivo – força motriz, instalações, matérias-primas – ficaram acessíveis somente aos mais ricos” (Costa, 1997: 86).

Impossibilitados de competir com os donos das novas oficinas, os artesãos são compelidos a empregar-se nas indústrias nascentes. Esse fato faz com que os operários se multipliquem e o mercado capitalista seja impulsionado.

3.4. SOCIEDADE CAPITALISTA E ESTRUTURA SOCIAL

Karl Marx, ao longo de sua obra, propõe-se a realizar uma análise da sociedade capitalista. Procura compreender o seu funcionamento atual, a sua estrutura presente e o seu devenir necessário. Também considera que as sociedades modernas têm como principais características o fato de serem científicas e industriais, contrastando com as sociedades militares e teológicas. Contudo, não coloca como elemento central de sua arguição as diferenças entre a sociedade do presente e do passado, mas observa as contradições inerentes à sociedade moderna, por ele definida como sociedade capitalista.

Embora escrevesse sobre vários momentos da história, **seu pensamento social busca interpretar o caráter contraditório ou antagônico da sociedade capitalista**. As principais mudanças observadas na sociedade moderna eram produtos do capitalismo; este sistema econômico e de organização social contrastava, na sua opinião, radicalmente com os sistemas econômicos que caracterizaram as sociedades interiores, devido a dois elementos: o capital e o trabalho assalariado.



O capital corresponde, segundo Marx, a qualquer ativo, isto é, a qualquer tipo de bem material, como o dinheiro, as fábricas, as máquinas. Contudo, a acumulação do capital depende do elemento seguinte, que é o trabalho assalariado, executado por aqueles indivíduos despossuídos de capital e/ou propriedade privada.

É devido a este aspecto que o autor realiza uma crítica aos pensadores vinculados à escola da economia marginalista. O capitalismo, para os economistas marginalistas, constituía-se como um sistema consagrado, um processo natural do desenvolvimento histórico da sociedade. Diante deste aspecto, propunham-se a elaborar modelos desse sistema, a partir da ideia de que a economia representava uma esfera independente da história.

Marx, no entanto, vai além da descrição dos fenômenos da sociedade capitalista. Ele analisa os **MODOS DE PRODUÇÃO** que originaram o capitalismo. Ao contrário de muitos pensadores da época (como, por exemplo, os economistas, Comte, Durkheim), não aceita o sistema, mas procura realizar uma análise de seu ciclo vital (para Marx, o capitalismo não é perpétuo; para ele, passado um tempo, este sistema entraria em declínio).

3.5. BURGUESIA VERSUS PROLETARIADO

Para Karl Marx, as ideias liberais que consideravam os indivíduos, por natureza, iguais politicamente e juridicamente, existiam apenas teoricamente. Para ele tal igualdade natural era inexistente na prática, visto as grandes diferenças e igualdades sociais que sempre existiram nas sociedades ao longo da história. Os indivíduos não são átomos como querem os liberais, pois fazem parte de um complexo jogo de relações sociais, cujas desigualdades são estabelecidas pela sociedade.

No sistema capitalista, as desigualdades sociais são provocadas pelas relações de produção, dividindo os indivíduos entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Neste sentido, as relações sociais e de produção entre os indivíduos são caracterizadas pela oposição, pelo antagonismo, exploração e complementaridade. A burguesia (donos da propriedade privada, dos meios de produção) explora o proletariado (trabalhadores). Como os trabalhadores estão destituídos de qualquer tipo de meios de produção, têm a necessidade de vender a sua força de trabalho ao empresário capitalista, a fim de assegurar sua sobrevivência. Em troca de seu trabalho, que é vendido ao dono da fábrica, o proletário recebe um **SALÁRIO**, e o capitalista se apropria do produto criado pelo trabalhador. É por isso que, no sistema capitalista, a força de trabalho torna-se uma mercadoria, algo que se pode comprar e vender (Marx, 2001).

É por isso que Marx explica que as relações entre burguesia e proletariado são antagônicas, pois os interesses entre estas classes são inconciliáveis, uma vez que,

“... o capitalista deseja preservar seu direito à propriedade dos meios de produção e dos produtos e à máxima exploração do trabalho do operário, seja reduzindo os salários, seja ampliando a jornada de trabalho. O trabalhador, por sua vez, procura diminuir a exploração ao lutar por menor jornada de trabalho, melhores salários e participação nos lucros” (Costa, 1997: 86).

Por outro lado, estas classes são complementares, visto que uma não existe sem a outra. Se existem proprietários é porque existem indivíduos despossuídos de meios de produção e propriedade privada. É por isso que elas são complementares e intrínsecas.

GLOSSÁRIO

Modos de produção: é a forma como os indivíduos estão organizados no processo produtivo; é conjunto de forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade.

Meios de produção: são as ferramentas, as máquinas, a matéria-prima que constituem a propriedade privada do capitalista.

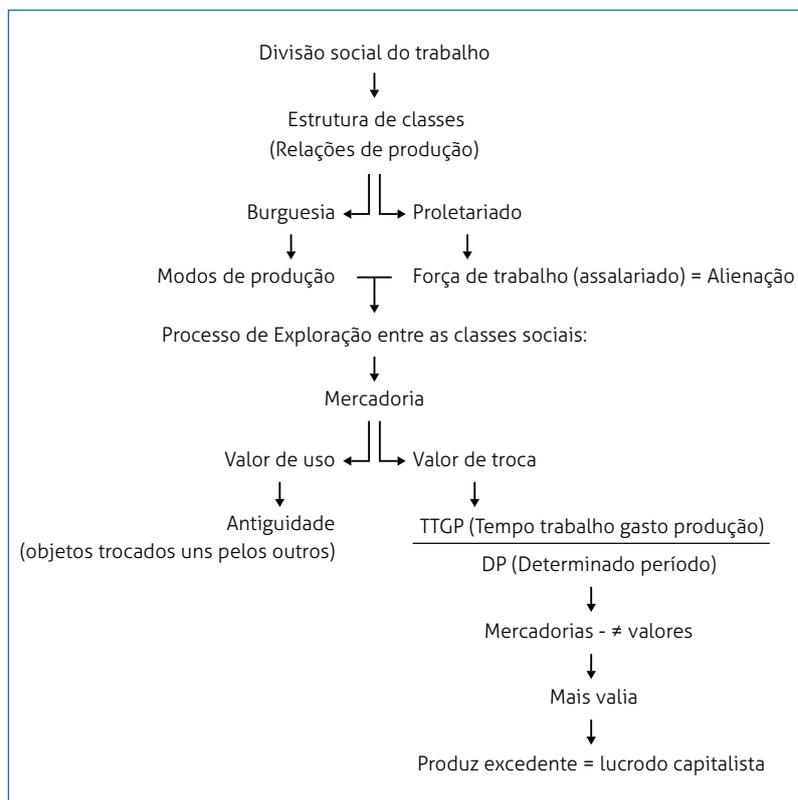
Relações de produção: são as relações estabelecidas entre os proprietários e os trabalhadores.

SAIBA MAIS

A base da formação das classes sociais são as desigualdades.

GLOSSÁRIO

Salário: é o valor da força de trabalho, considerada no capitalismo como uma mercadoria.



O processo de exploração surge pelo fato da força de trabalho não ser uma coisa, mas uma capacidade, ou seja, a força de trabalho é inseparável do corpo do proletário. O salário, portanto, deve corresponder às necessidades que permitam a reprodução das condições de subsistência do operário e de sua família.

Como o trabalho é uma mercadoria, o valor da mercadoria é definido pelo autor da seguinte maneira: no valor da mercadoria é incorporado "... o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção" (Costa, 1997: 88). É neste sentido que Marx menciona o fetichismo da mercadoria: as mercadorias estão em relação entre si, tornam-se sujeitos das relações econômicas; logo, embora sejam determinadas pela quantidade de trabalho materializado na sua produção, adquirem uma valoração de mercado irreal, ganhando vida própria.

Porém, o principal objetivo da produção capitalista é obter lucros. Não basta apenas aumentar o preço de uma mercadoria, pois, ao longo do tempo, isso pode trazer problemas ao dono da fábrica: a demanda cai devido ao preço do produto, pois outros capitalistas se interessam em produzir a mesma mercadoria, aumentando assim demasiadamente a oferta.

Como as mercadorias têm diferentes valores, o lucro capitalista é gerado pela **MAIS-VALIA**. Na mais valia, há um valor excedente produzido pelo trabalhador: o trabalhador produz além daquilo que recebe como salário. Veja o seguinte exemplo: suponha que João seja operário contratado para trabalhar 8 horas por dia em

GLOSSÁRIO

Mais-valia: produz o trabalho excedente que gera o lucro do capitalista.

uma fábrica de computadores. Seu salário (pago pelo patrão) é de R\$ 16,00 por dia, isto é, o valor da hora de trabalho executada por João é de R\$ 2,00. Ao longo do mês, João produz dois computadores, cujo preço unitário no mercado é de R\$ 3883,00. Com a venda dos computadores, o patrão desconta os seus custos com os meios de produção (matéria-prima, energia elétrica, manutenção das máquinas, etc.). Imagine que os gastos com os meios de produção somem R\$ 2912,00. O lucro do dono da fábrica é de R\$ 971,00 por computador vendido (subtraia: R\$ 3881,00 – R\$ 2912,00 = R\$ 971,00). Se João produz mensalmente dois computadores o valor por ele produzido corresponde a R\$ 1942,00 (R\$ 971,00 x 2 = R\$ 1942,00). A jornada de trabalho de João ao longo do mês é de 240 horas; isso faz com que ele produza R\$ 8,1 por hora (R\$ 1942,00/240 hs = R\$ 8,1). Portanto, em 8 horas de trabalho João produz R\$ 64,8 (R\$ 8,1 x 8 = R\$ 64,8) e ganha apenas R\$ 16,00. Se a força de trabalho de João vale R\$ 16,00 e ele cria R\$ 64,8, o lucro do capitalista (seu patrão) é de R\$ 48,8, ou seja, João trabalha a maior parte do tempo de graça para o seu empregador.

Como o capitalista sempre pretende obter mais lucro, a produção de mais valia pode ocorrer de duas formas, segundo Marx: a mais valia pode ser absoluta ou relativa. A mais valia absoluta é obtida através da jornada de trabalho cada vez mais extensa e da manutenção do salário; já a mais valia relativa decorre da ampliação da tecnologia no processo produtivo e do incentivo à produtividade.

A força de trabalho é uma mercadoria, é possível comprá-la e vendê-la, pois seu "... valor é determinado como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção" (Marx, 1999: 178).

3.6. O CRIME NO SISTEMA CAPITALISTA

A sociedade capitalista é impulsionada por profundas desigualdades sociais. Neste sentido, ao contrário do pensamento durkheimiano, Marx percebe o Estado não como um ideal de unidade da sociedade. A instância estatal é concebida como produto historicamente determinado por um conjunto de relações sociais.

Embora seja um produto das relações sociais, o Estado aparece como uma esfera superior à sociedade, justificando, assim, sua intervenção sobre a classe burguesa e a classe operária. Seu papel é impedir que o conflito entre estas classes assumira toda a sua crueza e resulte em uma revolta social (revolução).

Portanto, para que ocorra a mudança social, o fim do sistema capitalista, torna-se necessária a abolição desta instituição, uma vez que se constitui em uma ferramenta de dominação dos proprietários sobre os trabalhadores. O Estado é concebido como instrumento de dominação

pelo fato de transformar os interesses da classe dominante em uma vontade geral e universal, isto é, em **IDEOLOGIA** (Locke, 1999).

A instância jurídica, o direito, as leis são a expressão de outras relações sobre as quais o poder do Estado se fundamenta. Logo, cumprem funções basicamente repressivas, principalmente contra a classe dos expropriados de meios de produção. Este processo ocorre pelo fato das leis adotarem uma perspectiva universal (ideia de que os direitos e deveres pertencem a todos os cidadãos), fato que faz com que todos os indivíduos sejam considerados iguais na sociedade. A ideia do papel do direito em proteger a propriedade de todos, obscurece as reais condições que existem entre as classes sociais; os indivíduos não são iguais, alguns são proprietários e outros não o são.

É por isso que o crime é percebido como um dos resultados do processo capitalista. A brutalização das relações sociais, iniciada com o capitalismo industrial, faz com que a classe operária seja desmoralizada; o operário perde toda sua capacidade criativa neste sistema, pois, diante da desigualdade social, busca atender às suas necessidades de sobrevivência. Como a propriedade privada aumenta o grau de competição, o grau de solidariedade entre os indivíduos decresce; por consequência, aumentam as tensões que resultam em crimes.

Capitalismo → Miséria Social → Crime

A sanção e a punição não podem ser aplicadas, portanto, aos indivíduos particulares; para o autor, são as condições sociais que originaram o crime que precisam ser responsabilizadas. É por este motivo que a revolução social, ao instaurar o comunismo, acabaria com as fontes sociais do crime. Sendo o comunismo uma sociedade igualitária, sem a existência das classes sociais, não haveria motivos para a prática de delitos.

3.7. O PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL: CAPITALISMO, SOCIALISMO E COMUNISMO

A perspectiva marxista está fixada em uma concepção histórica materialista. As fontes da mudança social não se encontram nas ideias e nos valores, ou seja, no espírito humano, mas são produzidas por fatores puramente econômicos. É por isso que o “motor da história” são os conflitos entre as classes sociais.

Três pressupostos principais caracterizam a obra desse autor. O primeiro deles tem como base a ideia de que a história da sociedade é a história da luta de classes. Ao analisar vários modelos de organização social e econômica, Marx (2001) percebeu que o conflito entre as classes sociais sempre existiu. Embora mudassem as forças produtivas (o capitalismo superou o feudalismo da mesma forma

GLOSSÁRIO

Ideologia: são ideias propagadas para servir a interesses de determinada classe social. Ela é produto de um contexto, como, por exemplo, os grupos comerciais que desejavam o fim das restrições feudais e a livre competição econômica, deflagrando, assim, a Revolução Francesa.

SAIBA MAIS

Sobre as mudanças nos modos de produção ao longo da história, o autor “... delineou uma progressão por etapas históricas, com início nas sociedades comunistas dos caçadores-coletores, passando pelos sistemas escravagistas antigos e pelos sistemas feudais baseados na distinção entre senhores das terras e servos. A emergência de comerciantes e artesãos marcou o início de uma classe comercial ou capitalista que acabou por substituir a nobreza fundiária” (Costa, 1997: 12).

que o feudalismo superou o modo de produção antigo), as relações de produção (diferenças entre as classes sociais) eram mantidas.

O segundo pressuposto parte do princípio de que nenhuma sociedade coloca problemas sem que as condições para a sua superação já estejam presentes. Para o autor o próprio desenvolvimento do capitalismo provocaria sua autodestruição. A incorporação crescente da técnica na produção das mercadorias geraria, por consequência, um contingente cada vez maior do exército industrial de reserva (desempregados), aumentando ainda mais a desigualdade social. Essa crescente desigualdade faria com que os proletários passassem a organizar-se politicamente; esta organização política (por meio dos sindicatos, por exemplo) faria com que os operários tomassem consciência, como **CLASSE PARA SI**, quer dizer, os proletários passariam a adquirir consciência do processo de exploração ao qual estavam submetidos, elemento ausente até então.

Outro aspecto importante para que ocorra a revolução proletária está fundamentado no pressuposto de que nenhuma sociedade é superada antes de seu pleno desenvolvimento. Logo, o processo de mudança, isto é, a revolta dos trabalhadores contra o sistema capitalista somente seria possível nos países em que a industrialização estivesse mais avançada.

Dadas as condições necessárias para o declínio do sistema capitalista (contradições entre as forças e as relações de produção e aumento crescente da riqueza e da miséria), a revolução proletária é percebida por Marx como a solução para as contradições entre as classes sociais.

Esta revolução deflagrada pelos operários, percebida pelo autor como missão histórica dos trabalhadores, minaria as bases do sistema capitalista. No lugar do capitalismo surgiria, então, o socialismo, sistema de organização política, econômica e social no qual o poder político estaria nas mãos dos proletários, possibilitando-lhes converter em propriedade pública os meios sociais de produção. Tanto o poder político quanto os meios de produção não são mais instâncias exclusivas da burguesia. Ao contrário, no sistema socialista, eles se encontram nas mãos dos proletariados.

Realizadas as mudanças sociais necessárias tanto na infraestrutura quanto na superestrutura, é instituído, por fim, o sistema **COMUNISTA**, entendido pelo autor como a fase final da sociedade humana. Suas principais características como modelo de organização social seriam a existência de uma sociedade sem classes sociais, sem Estado e livre da opressão e exploração social. Os meios de produção são gerais, quer dizer, comuns a todos os indivíduos. As decisões sobre o que produzir e as definições políticas são tomadas coletivamente (por todos), pois os sujeitos retomam sua consciência, deixando de lado sua alienação.

az GLOSSÁRIO

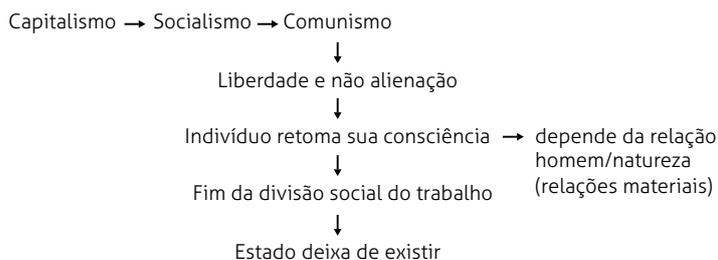
Classe para si: o trabalhador adquire consciência de classe, isto é, reconhece-se como membro pertencente a uma determinada classe social; a consciência de classe conduz à organização de associações políticas, como sindicatos e partidos políticos; é através destas instâncias que os operários buscam estabelecer uma união solidária, cujo objetivo é defender seus interesses e combater a classe que os explora (burguesia).

az GLOSSÁRIO

Classe em si: o operário está alienado, quer dizer, no sistema capitalista ele é separado dos meios de produção e do fruto de seu trabalho, ambos apropriados pelo dono da fábrica. A própria superestrutura (Estado, conhecimento, religião) perpetua esta alienação, pois corresponde a um instrumento de dominação da burguesia sobre o proletariado. Deste modo, "... uma vez alienado, separado e mutilado, o homem só pode recuperar sua condição humana pela crítica radical ao sistema econômico, à política e à filosofia que o excluíram da participação efetiva na vida social. Essa crítica radical só se efetiva na práxis, que é a ação política consciente e transformadora" (Costa, 1997: 85).

az GLOSSÁRIO

Comunismo: sociedade igualitária, sem classes sociais, o Estado é inexistente, a propriedade e os meios de produção são comuns, isto é, são de todos os indivíduos.



Medidas revolucionárias propostas no Manifesto do Partido Comunista:
As seguintes medidas poderão ser adotadas imediatamente nos países mais desenvolvidos:

- a. expropriação da propriedade agrária e utilização da renda fundiária para as despesas estatais;
- b. pesado imposto progressivo;
- c. abolição do direito de herança;
- d. centralização do crédito nas mãos do Estado; esta centralização ocorrerá através de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo;
- e. confisco da propriedade de todos os emigrantes e insurreccionados;
- f. sistema de transportes centralizado pelo Estado;
- g. estatização das fábricas e dos instrumentos de produção;
- h. obrigatoriedade de trabalho para todos os indivíduos;
- i. eliminação gradual das diferenças entre a cidade e o campo, por meio da unificação dos setores da agricultura e indústria;
- j. educação pública e gratuita para todas as crianças e eliminação do trabalho infantil nas fábricas na sua forma atual. Unificação da educação com a produção material.

Desaparecidas as diferenças de classe, no lugar da velha sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos de classe surge uma associação. Essa associação é caracterizada pelo livre desenvolvimento de cada um, condição necessária para o desenvolvimento de todos. É por isso que Marx descreve a sociedade comunista da seguinte maneira:

“... com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividades exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isso a meu bel prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico” (apud Quintaneiro, 2003: 58).

Caro aluno, no ambiente virtual, você encontrará um material de apoio a esta unidade. Leia o texto e responda aos exercícios propostos para aprofundar seus conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento do sistema capitalista, segundo a perspectiva de Marx.

PARA MEMORIZAR:

1. Objeto de estudo: luta de classes sociais; conflito entre burguesia e proletariado;
2. Método de análise: materialismo histórico-dialético; contradição, conflito, análise de conjunturas, correlações de forças sociais;
3. Sociedade: estrutura de classes; relações sociais de dominação e de exploração de classes; alienação, consciência e ação de classe;
4. Estado: representa a dominação burguesa na sociedade capitalista;
5. Problema sociológico: exclusão social, acumulação da riqueza e da miséria; concentração de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre (*et alli*). **O ofício de sociólogo – Metodologia da pesquisa na sociologia**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (org.). DURKHEIM, Émile (*et all.*). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro, 2001. 252 p.
- COSTA, Cristina. 1997. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Moderna.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. 2 ed. Lisboa: Presença, 1984, 1º e 2º vol.
- _____. **Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: Edusp, 1983.
- _____. **A ciência social e a ação**. Lisboa: Difel, 1970.
- _____. **O suicídio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- _____. **Sociologia, Pragmatismo e Filosofia**. Parte 2. Porto: Editor Rés, 1985.
- _____. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Landy, 2003.
- _____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001.
- FILHO, Evaristo de Moraes. **Comte: Sociologia**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- FILLOUX, Jean-Claude. **A ciência social e a ação de Durkheim**. São Paulo, Difel-Difusão Editorial, 1975.
- FLICKINGER, Hans-George. **Marx e Hegel: O porão de uma filosofia social**. Porto Alegre: L&PM/CNPq, 1986.
- FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas: Papirus, 1992. 308 p.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **As ideias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOCHE, Adriana *et alli*. **Sociologia jurídica – estudos de sociologia, direito e sociedade**. Porto Alegre: Síntese, 1999. 270 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **El Capital - Crítica de la economía política**. México: Fondo de cultura económica, 1999.

_____. **O capital**. Buenos Aires: Cartago, 1973, vol. 1.

MCLELLAN, David. **As ideias de Marx**. São Paulo: Cultrix, 1975.

QUINTANEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria L. e OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995 e 2003.

RIUTORT, Philippe. **Compêndio de Sociologia**. São Paulo: Paulus, 2008.

RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1988.